



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

FRANCIELE SIQUEIRA MIOTTO

**OS CAMINHOS DA FÉ EM JESUÍTAS:
IDENTIDADE E MEMÓRIAS DE
ONTEM E DE HOJE**

Universidade Estadual do Paraná – Unespar

Agosto / 2018



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
NÍVEL DE MESTRADO PROFISSIONAL – PROFHISTÓRIA**

FRANCIELE SIQUEIRA MIOTTO

**OS CAMINHOS DA FÉ EM JESUÍTAS: IDENTIDADE E MEMÓRIAS
DE ONTEM E DE HOJE**

**CAMPO MOURÃO – PR
2018**

FRANCIELE SIQUEIRA MIOTTO

**OS CAMINHOS DA FÉ EM JESUÍTAS: IDENTIDADE E MEMÓRIAS
DE ONTEM E DE HOJE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Saberes históricos no espaço escolar.

Orientadora: Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro

Co-orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo

**CAMPO MOURÃO – PR
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus Campo Mourão

M669c Miotto, Franciele Siqueira
Os caminhos da fé em Jesuítas: identidade e memórias de ontem e de hoje. /
Franciele Siqueira Miotto. -- Campo Mourão, PR : UNESPAR, 2018.
95 f. : il. ; color.

Orientador: Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro.
Co-orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo.

Dissertação (mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de
Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), 2018.
Área de Concentração: Saberes históricos no espaço escolar.

1. História-Ensino. 2. Historiografia. 3. Religião. I. Pátaro, Cristina Satiê de Oliveira, (orient).
II. Mezzomo, Frank Antonio, (co-orient.) III. Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo
Mourão, PR. IV. UNESPAR. V. Título.

CDD 21.ed. 907
907.2

FRANCIELE SIQUEIRA MIOTTO

**OS CAMINHOS DA FÉ EM JESUÍTAS: IDENTIDADE E MEMÓRIAS
DE ONTEM E DE HOJE**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro – ProfHistória/Unespar, Campo Mourão

Dr. Frank Antonio Mezzomo – ProfHistória/Unespar, Campo Mourão

Dr. Jorge Pagliarini Junior – ProfHistória/Unespar, Campo Mourão

Dr. Ricardo Fernandes Pátaro – PPGSeD/Unespar, Campo Mourão

Data de Aprovação

____/____/____

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos meus pais Paulo e Maria, aos quais sou imensamente grata por tudo.

AGRADECIMENTOS

Somos todos parte de um imenso conjunto, no qual cada um tem um papel importante. Tendo como base este pensamento, penso que cada pessoa envolvida direta ou indiretamente na concretização dessa dissertação contribuiu para a realização deste trabalho, como uma soma de esforços.

Primeiramente, agradeço a Deus, que me possibilitou vivenciar este que sempre foi meu sonho, o qual hoje toma corpo através desta pesquisa.

Durante esta caminhada, sou imensamente grata à Prof.^a Cristina Satiê Pátaro, minha orientadora, e também ao Prof. Frank Antonio Mezzomo, meu co-orientador, por todo o conhecimento proporcionado ao longo das inúmeras leituras e sugestões de textos, bem como a paciência e dedicação dos mesmos.

À CAPES e à Unespar, pela bolsa de estudos que me auxiliou no decorrer da pesquisa.

Estendo meus agradecimentos a todos os professores do Programa de Pós-Graduação ProfHistória, por todo o aprendizado que me possibilitou o melhor desenvolvimento do projeto.

Agradeço também à minha tia Edinéia C. de Oliveira e ao meu afilhado Edson M. G. Neto, pelas sugestões ofertadas, tomando como base suas experiências.

As meus amigos e amigas, alunos do ProfHistória, turma de 2016, que caminharam ao meu lado durante esse período, em especial às minhas queridas amigas Viviane e Keila, que dividiram comigo angústias e vitórias.

Também aos alunos, diretores, professores e demais funcionários do Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco, os quais me auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa. Este projeto foi possível graças a essas pessoas que não mediram esforços.

À Paróquia Santo Inácio de Loyola, à Prefeitura Municipal de Jesuítas (PR), que foram solícitas na disponibilização de fotos.

Por último, termino agradecendo aqueles que foram minha base durante essa caminhada: à minha família, que me inspirou e sempre batalhou ao meu lado, meus pais Paulo e Maria, meus irmãos Marcos e Aline, bem como minhas amigas Jeciele, Jessica e Daiane, pessoas que me apoiaram incondicionalmente em todos os momentos.

“Lembranças de coisas do passado não são necessariamente lembranças de como elas eram.”
Marcel Proust

RESUMO

MIOTTO, Franciele Siqueira. **Os caminhos da fé em Jesuítas: Identidade e memórias de ontem e de hoje**. 95 f. Dissertações. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2018.

A pesquisa busca investigar as influências da religião católica na fundação, desenvolvimento e constituição identitária do município de Jesuítas, localizado na região oeste do Paraná. Tais influências são perceptíveis, por exemplo, na nomenclatura de ruas, avenidas e também em bairros jesuitenses. Todavia, essas características não se mostram constantes nos bairros e ruas criadas nas últimas duas décadas, evidenciando tentativas de jogos de poder e a fluidez na constituição das memórias coletivas. Nesse sentido, o objetivo desta investigação é o de organizar um produto didático de aulas de História pensadas para o primeiro ano do Ensino Médio, vinculadas a disciplina História dentro da temática Cultura e Patrimônio, o qual permita ao estudante a discussão das relações envolvidas na construção de sua história, memórias e identidades. Como base teórica, usou-se a literatura sobre o ensino de História, enfatizando a importância do uso diversificado de fontes, tais como fotos, figuras, entrevistas e trabalho de campo. Entendemos que refletir sobre a história e sobre os lugares dos sujeitos históricos acarreta o entendimento sobre como são construídas e analisadas as diferentes identidades e relações de poder, de modo que tais elementos devem estar presentes nos processos de ensino e aprendizagem da História na Educação Básica. O trabalho culmina na produção e desenvolvimento de uma sequência didática, registrada em portfólio confeccionado pelos próprios estudantes, cujas atividades incluem, entre outras, um estudo do espaço central do município, da toponímia de suas ruas, de textos reflexivos sobre identidade, memória e patrimônio, além de uma resenha crítica de um livro produzido pela Paróquia Santo Inácio de Loyola, que trata da constituição do município de Jesuítas a partir do olhar da Igreja Católica.

Palavras-chave: Ensino de História, Saberes históricos no espaço escolar, História, Identidade, Memória, Religião Católica.

ABSTRACT

Abstract: The research seeks to investigate the influences of the Catholic religion on the foundation, development and identity constitution of the municipality of Jesuítas, located in the western region of Paraná. Such influences are perceptible, for example, in the nomenclature of streets, avenues and also in Jesuitenses neighborhoods. However, this characteristic is not constant in the neighborhoods and streets created in the last two decades, evidencing attempts at power plays and fluidity in the constitution of collective memories. In this sense, the objective of this research is to organize a didactic product of History classes designed for the first year of High School, linked to the History discipline within the Culture and Heritage theme, which allows the student to discuss the relationships involved in the construction of its history, memories and identities. The theoretical basis is supported by the literature on history teaching, emphasizing the importance of the diversified use of sources such as pictures, figures, interviews and fieldwork. We understand that reflecting on history and on the places of historical subjects leads to an understanding of how different identities and power relations are constructed and analyzed, so that these elements must be present in the teaching and learning processes of History in Basic Education. The work culminates in the production and development of a didactic sequence, registered in a portfolio made by the students themselves, whose activities include, among others, a study of the central space of the municipality, the toponymy of its streets, reflective texts on identity, memory and heritage, in addition to a critical review of a book produced by the parish of Saint Ignatius of Loyola, which deals with the constitution of the Jesuítas municipality from the perspective of the Catholic Church.

Keywords: History teaching, Historical knowledge in school space, History, Identity, Memory, Catholic Religion.

LISTAS DE FIGURAS E QUADROS

Figura 01: Algumas ruas do bairro central de Jesuítas.....	14
Figura 02: Localização do município de Jesuítas no estado do Paraná.....	47
Figura 03: Inauguração da Igreja Matriz em Jesuítas.....	54
Figura 04: Produção de gráfico para análise da influência da religião nos nomes das ruas de Jesuítas.....	70
Figura 05: Celebração missa de Ramos (1970 – data aproximada).....	74
Figura 06: Missa de Corpus Christi em Jesuítas (Década de 1970).....	75
Figura 07: Tapete ornamental da festa religiosa de Corpus Christi (2015).....	75
Figura 08: Tapete ornamental da festa de Corpus Christi (2018).....	76
Figura 09: Imagens da visita de campo a praça da Câmara Municipal e ao Estádio Municipal.....	79
Figura 10: Trecho de Resenha Crítica – 01.....	82
Figura 11: Trecho de Resenha Crítica – 02.....	83
Figura 12: Trecho de Resenha Crítica – 03.....	83
Figura 13: Trecho de Resenha Crítica – 04.....	84
Figura 14: Trechos de Resenha Crítica – 05.....	85
Figura 15: Trechos de Resenha Crítica – 06.....	86
Quadro 01: Matriz Curricular e carga horária das disciplinas do Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano.....	58
Quadro 02: Matriz Curricular do Ensino Médio: 1º ao 3º ano.....	59
Quadro 03: Patrimônios de Jesuítas, a partir da identificação pelos estudantes.....	64
Quadro 04: Características dos nomes das avenidas e ruas de Jesuítas.....	69
Quadro 05: Relação das avenidas (Av.) e ruas (R.) com nomes religiosos.....	70
Quadro 06: Placas das ruas de Jesuítas	71
Quadro 07: Estabelecimentos com nomes religiosos em Jesuítas.....	72
Quadro 08: Espaços na cidade de Jesuítas que evidenciam a presença pública da religião.....	79

SUMÁRIO

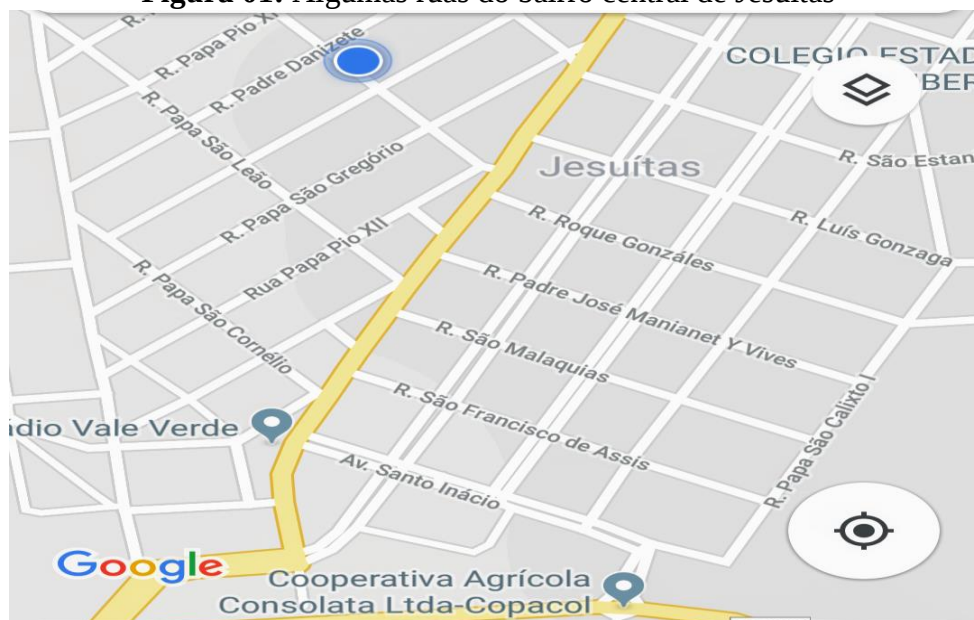
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: MEMÓRIA, IDENTIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA.....	18
1.1 Ensino de História e novas perspectivas.....	19
1.2 Reflexões sobre noções na pesquisa sobre Ensino de História	26
1.3 Ressignificação do ensino de História através da memória e da identidade.....	33
CAPÍTULO 2: RELIGIÃO, ESPAÇO E CULTURA: PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA EM JESUÍTAS	37
2.1 Religião, cultura e espaço.....	38
2.2 O município de Jesuítas e a Igreja Católica	46
CAPÍTULO 3: OS CAMINHOS DA FÉ EM JESUÍTAS: UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO	57
3.1 Tematizando os conceitos de cultura e patrimônio: Fevereiro a Maio de 2017.....	60
3.2 Discutindo conceitos de memória e identidade: Maio a Junho 2017	66
3.3 Levantamento topográfico e a influência da religião católica: Julho a Agosto de 2017	69
3.4 Constituição do município de Jesuítas e a influência da Igreja Católica: Setembro a Dezembro de 2017	77
3.5 Sistematizando – Jesuítas a partir da análise do livro “50 anos de evangelização”: Fevereiro a Maio de 2018.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE	95

INTRODUÇÃO

O presente trabalho partiu de algumas observações que nos chamaram atenção no município de Jesuítas (PR), e após as reflexões suscitadas pela disciplina “Cidade, Patrimônio Urbano e Ensino de História”, cursada junto ao Mestrado Profissional em Ensino de História, na Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Tais experiências nos proporcionaram um olhar um pouco mais atento ao processo de constituição do município, observando as relações que permeiam e fundamentam a construção de memórias, identidades, da própria história dos lugares e de seus moradores, os quais passam a desenvolver um modo próprio de relacionamento com o lugar.

A partir dessas reflexões e observações, as primeiras curiosidades emergiram de uma breve análise sobre a nomenclatura das ruas, avenidas e bairros de Jesuítas, que traziam em sua constituição elementos que evidenciavam a forte influência da religião católica. A Figura 01 apresenta algumas ruas referentes ao bairro central da cidade de Jesuítas, topônimos das ruas que suscitaram a presente pesquisa¹.

Figura 01: Algumas ruas do bairro central de Jesuítas



Fonte: GOOGLE MAPS. Jesuítas (PR). 2018. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-24.3812533,-53.3893847,16z>>. Acesso em: 17/07/2018

¹ Dentre as ruas destacam-se: R. Papa PioXI, R. Padre Donizete, R. Papa São Leão, R. Papa São Gregóri, R. Papa Pio XII, R. Papa São Cornélio, R. Roque Gonzales, R. Padre José Marianet, R. São Malaquias, R. São Francisco de Assis, Av. Santo Inácio, R. Papa São Calixto I, R. Luís Gonzaga e R. São Estanislau.

Assim, pensando sobre tal problemática e na tentativa de entender a constituição histórica do município de Jesuítas, é possível questionar a construção de uma identidade municipal a partir da religiosidade, expressada, inclusive, no seu nome (Jesuítas).

Os processos de ocupação e colonização que permeiam a história dos municípios brasileiros podem ser evidenciados a partir de elementos culturais, em articulação com as estruturas que marcam os diferentes espaços e tempos históricos. A ampliação do campo das investigações históricas a partir de novos paradigmas no século XX trazem debates e desafios que se colocam para o lugar do historiador e para a função social da história (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012), com destaque para a possibilidade de análise de novas temporalidades, novas relações e fontes de pesquisa, para além das estruturas de longa duração e dos estudos de natureza econômica e demográfica (LUCA, 2010; LE GOFF, 2003). Nesse sentido, passa a ser possível, dentre outras problemáticas que emergem, o questionamento das intencionalidades dos topônimos e sua relação com a constituição dos locais e regiões.

Diante do exposto, e considerando a linha de pesquisa a qual se vincula nossa investigação de mestrado, “Saberes históricos no espaço escolar”, acreditamos ser relevante a problematização das influências exercidas pela religião na constituição das identidades e memórias dos estudantes, por sua vez moradores do município de Jesuítas, educandos que vivem e se organizam a partir dessas antigas e novas memórias. Assim, esta pesquisa propõe a realização de uma sequência didática sobre a análise das relações envolvidas na consolidação de memórias coletivas e, conseqüentemente, de patrimônios, partindo, inclusive, da realidade desses estudantes oriundos do Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco, de Jesuítas.

Com isso, o objetivo central da pesquisa concentra-se em: analisar as identidades e memórias do município de Jesuítas, buscando evidenciar a presença dos elementos religiosos em sua toponímia, bem como elementos que representem essas evidências na constituição histórica. Os resultados desta pesquisa e da intervenção realizada encontram-se materializados não apenas nesta dissertação, mas também em um produto didático desenvolvido junto a turmas do Ensino Médio, de modo que a investigação foi realizada no diálogo e com participação ativa dos próprios estudantes, com embasamento teórico e prático de análise e produção das fontes.

Para atingir o objetivo central, três metas mais específicas foram traçadas: a) identificar mudanças e permanências na toponímia e na constituição do espaço do município de Jesuítas a partir da análise das construções e das ruas da região central da cidade; b)

analisar a história do município e as influências da religião católica, na intenção de problematizar a presença da religião na constituição dos patrimônios, das identidades e memórias dos habitantes; c) desenvolver uma sequência didática, cujo percurso se materializa em um portfólio produzido em conjunto com os estudantes do Ensino Médio, com vistas a problematizar a influência da religião católica na história de Jesuítas, bem como nas memórias e identidades de seus habitantes.

Para o desenvolvimento da pesquisa, temos por fundamentos a discussão teórica sobre história e patrimônio, memória e identidade, bem como as bases teóricas conceituais usadas no ensino de História que foram aplicadas às aulas de Cultura e Patrimônio. Essa base conceitual servirá para traçar um paralelo dos eventos que possam ter vindo a influenciar a constituição do município de Jesuítas, construído, originalmente, a partir da fé de seus fundadores na Igreja Católica.

A pesquisa e produção didática foram realizadas junto a duas turmas – um total de 50 estudantes – do Ensino Médio Integral do Colégio Humberto de Castelo Branco, que oferece o componente curricular “Cultura e Patrimônio” como parte da base diversificada em turno único, o qual objetiva a discussão e elaboração de ações de preservação de manifestações e expressões produzidas e desenvolvidas pelas sociedades acumuladas historicamente. A disciplina, assim, prioriza o trabalho com os conceitos de patrimônio material e imaterial, identidade cultural, lugares de memória, monumentos e paisagens naturais, objetos, celebrações e formas de expressão e também os saberes populares. O município possui um único colégio que oferta o Ensino Fundamental e Médio. As turmas, em sua maioria, são formadas por alunos oriundos do perímetro urbano e que estão na faixa etária entre 14 e 15 anos.

Buscando sistematizar o percurso realizado até o momento, a presente dissertação se divide em três capítulos. O primeiro contextualiza o ensino de História na atualidade, evidenciando os desafios e os caminhos possíveis em vista de um processo significativo de ensino e aprendizagem da História. A análise se pauta na possibilidade de utilização de novas fontes e novos temas, abertura essa decorrente do século XX, que acaba também por influenciar o próprio Ensino de História, não apenas do ponto de vista metodológico, mas também epistemológico. Ainda neste primeiro capítulo abordamos a formação de memórias individuais e suas articulações com as memórias coletivas. Tais elementos estão diretamente relacionados ao processo de constituição de identidades, que se apoia não apenas nas vivências e valores individuais, mas também em símbolos, imagens, locais, entre outros elementos compartilhados entre os grupos sociais, constituindo identidades.

O segundo capítulo discute algumas noções sobre a religião e a religiosidade, bem como suas relações com a cultura e com a constituição do espaço. Neste movimento, buscamos abordar a influência da Igreja Católica na constituição histórica do município de Jesuítas ao longo de sua emancipação política. Assim, analisamos a participação da religião neste processo, abordando, desde o período de colonização do oeste paranaense, sua ocupação, o loteamento das terras, a emancipação política do município e sua configuração atual, na qual não apresentam-se topônimos que tenham relação direta com a religiosidade dos bairros e ruas antigos, uma mudança ocorrida aproximadamente nos últimos 10 anos².

Por fim, no terceiro capítulo, apresentamos e analisamos a sequência didática realizada com as duas turmas de Ensino Médio, buscando discutir a prática pedagógica desenvolvida, as fontes analisadas e as aprendizagens e reflexões dos estudantes ao longo do processo. Vale destacar que todas as etapas contaram com intensa participação dos educandos, que se colocaram como autores do processo de ensino e aprendizagem, inclusive buscando registrar e materializar o trabalho desenvolvido em um portfólio que acompanha esta dissertação.

² Informações consideradas a partir do site da Prefeitura do município de Jesuítas. Disponível em <<http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=a7247dd35blja7&nc=44&ntipo=3,4,5,18,19,20,22,23,32>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIA, IDENTIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA

Neste capítulo, pretende-se traçar um panorama sobre o Ensino de História na atualidade, refletindo sobre alguns desafios da disciplina em sala de aula, principalmente na Educação Básica, ciclo esse frequentado por jovens que estão em constante contato com tecnologias e descobertas, e que nem sempre veem sentido e/ou se reconhecem na escola e nos conteúdos trabalhados. Assim, colocamos em pauta a necessidade de repensar as metodologias e os conteúdos de ensino, de modo que esses produzam ressignificações para os processos de ensino e aprendizagem, para que a escola não se torne obsoleta em relação à própria sociedade em que está inserida.

Nesse sentido, buscamos enaltecer a participação do professor e também a autoria dos estudantes no processo de aprendizagem histórica como elementos fundamentais para a formação de consciência histórica³. Temos também como ponto de partida a abertura do campo da História para o uso de fontes diversas de pesquisa e ensino, o que possibilitou também o processo de formação uma variedade de metodologias de ensino e aprendizagem.

Na sequência, este capítulo aborda ainda o tema da memória, que tende a se relacionar diretamente com o entendimento de fatos históricos ocorridos em diversos momentos ao longo do tempo e do espaço, rememorados por meio de lembranças acessadas sempre que necessário. Todavia, é válido considerar que, em sua constituição, estão articuladas uma gama de relações e representações que, muitas vezes de modo inconsciente, decorrem da convivência em grupo, de modo que não se pode falar em memória estritamente individual, mas sim social.

A memória social, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à construção de identidades – conceito abordado igualmente neste capítulo –, que se apoia não apenas nas vivências e valores individuais, mas também em símbolos, imagens, locais, entre outros elementos compartilhados entre os grupos sociais. Nesse sentido, é válido ainda destacar os processos de construção das identidades ao longo do tempo, o que ocorre por meio das memórias e das práticas sociais. Em face aos conceitos de memória e identidade, bem como suas relações nos diferentes meios sociais, a terceira parte deste capítulo destaca de que forma

³ Consciência Histórica, segundo Rüsen (2001), configura-se como “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 57).

tais elementos podem ser abordados no ensino de História, uma vez que memória e identidade devem ser vistos como conceitos relevantes para a formação de uma consciência crítica por parte dos educandos, para que esses possam se ver, ao mesmo tempo, como parte e fruto do processo histórico e, ainda, que possam reivindicar a necessidade de preservação dos documentos – materiais ou não – que trazem experiências de vivências que fundamentam o modo de vida das pessoas de determinada localidade ou região.

1.1 Ensino de História e novas perspectivas

Pensar sobre a disciplina de História na atualidade é um desafio permanente, não só pelo conteúdo em si, o qual por vezes não é visto como significativo pelos educandos, mas também pela representação que a própria sociedade possui da disciplina, que, nessa perspectiva, trabalharia apenas com fatos passados, que não se relacionariam a acontecimentos atuais. Nesse sentido, é importante entender a relevância desse componente curricular na medida em que a compreensão da História pode contribuir para a reflexão e elaboração de perspectivas de mudança perante a realidade na qual nos encontramos, marcada, entre outros, por um cenário político e econômico conturbado, não somente no país, mas em contexto global. Aliás, os próprios docentes, em consequência dos constantes ataques à educação nos últimos anos, vêm manifestando uma grande preocupação com o ensino de História e sua relevância para a reflexão dos educandos.

Nos últimos anos, no contexto federal e também estadual, vêm ocorrendo diversas manifestações por parte dos professores da rede pública de educação, que se organizam em paralisações e greves. Alguns exemplos com grandes representações públicas, como a promulgação da Emenda Constitucional 95 – decorrente da PEC 55/2016⁴, que congela os investimentos na educação pelos próximos vinte anos –, além da reformulação do Ensino Médio brasileiro, sancionada pela Lei 13.415/2017⁵, a qual, entre outros, estabelece o Ensino Médio em Tempo Integral e abre a possibilidade de contratação de docentes por “notório saber”, não contemplando a necessidade de um estudo didático. Especificamente no caso do

⁴ Projeto de emenda constitucional sancionado. Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros. Senado Federal, disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 10 set. 2017.

⁵ Medida Provisória 746, sancionada como lei. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n. 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Senado Federal, disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=602639>>. Acesso em: 10 set. 2017.

estado do Paraná, vale ressaltar o projeto de Lei 252/2015⁶, o qual visava à utilização do fundo previdenciário dos servidores estaduais para “equilibrar as contas do Governo do estado”. Tais eventos podem ajudar a compreender um ambiente de tensão constante entre educadores e Governo (federal e estadual), somados muitas vezes a pressões de avaliadores externos, como Prova Brasil⁷ e SAEP⁸. Todos esses elementos compõem uma dinâmica que certamente tende a influenciar a prática pedagógica, as concepções dos professores e sua relação com os estudantes.

Tendo em vista a problematização dos saberes históricos no espaço escolar – linha de pesquisa à qual se vincula a presente investigação de Mestrado –, torna-se relevante a reflexão acerca de toda essa problemática no processo de formação dos estudantes, que vivem e se organizam a partir dessas memórias e suas reconfigurações. Assumindo o papel da História, de permitir o questionamento e a reflexão dos sujeitos históricos e suas ações no tempo e no espaço, fazem-se necessárias práticas pedagógicas que dialoguem e questionem as diferentes memórias existentes, e de que forma tais memórias influenciam na construção de identidades e ressignificam e perpetuam (ou não) diferentes relações de poder (ABUD; SILVA; ALVES, 2010; BARCA, 2007; ORÍ, 2010).

Buscando novas alternativas para a aprendizagem desses educandos – que devem ser vistos como sujeitos históricos – e com base nas propostas e concepções da literatura acerca do ensino de história (PINSKY; PINSKY, 2010; MARTINS, 2010; PARANÁ, 2008), ressaltamos que os materiais pedagógicos para o ensino de História – especialmente daqueles que tematizam a história local ou regional – sob uma perspectiva lúdica, criativa, dinâmica e investigativa-científica, na qual o educando se torne protagonista da busca e questionamento de suas raízes, possuem ainda pouca expressividade e não estão suficientemente difundidos junto aos professores da disciplina. Em geral, os livros de História, mesmo os da linha da

⁶ Projeto de Lei sancionado, que propõe a Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e adoção de outras providências, disponível em: Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=946172>>. Acesso em: 10 set. 2017.

⁷ A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), essas avaliações são realizadas nas disciplinas de Português e Matemática. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

⁸ Site Dia a Dia Educação, Estado do PR. O SAEP é um sistema próprio de avaliação do Estado do Paraná e tem como objetivo disponibilizar informações relevantes quanto ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes, descrevendo os conhecimentos desenvolvidos em Língua Portuguesa e Matemática, além de se deter nos fatores associados a esse desempenho, com resultados e análises produzidos desde o nível do estudante até o do Estado. Disponível em :< <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/saep/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

História Temática⁹, não apresentam como muita clareza modelos de aulas práticas utilizando essas concepções, o que muitas vezes tende a frustrar as expectativas de professores e estudantes. Ademais, há que se considerar a importância da produção do conhecimento histórico em conjunto com os estudantes, baseado na teoria do conhecimento histórico e na metodologia histórica (OLIVEIRA, 2010), para que, através dessas metodologias, se possa produzir significados acerca do contexto trabalhado.

Refletindo sobre o cenário contemporâneo, Bauman (2007) ressalta a característica dos tempos líquidos, chamando a atenção para a realidade fluida, na qual a noção de passado ou ultrapassado refere-se a fatos que ocorreram há poucas horas ou minutos. Ou seja, a sociedade se encontra em intensa e rápida transformação. Nessa dinâmica, é importante refletirmos sobre a História como disciplina, para que seja possível à mesma acompanhar o fluxo da sociedade e não se tornar obsoleta, muitas vezes representada pelos educandos como “a disciplina dos mortos”, “a disciplina que só fala do passado” ou a “disciplina das datas”.

Em muitas situações, há uma grande dificuldade por parte dos estudantes, bem como dos próprios professores de conseguirem responder à famosa pergunta que se repete em todas as séries do Ensino Básico frente aos conteúdos de História: “Para que estudar isso?”. Tendo por base as concepções de História como ciência e História como disciplina constituída ao longo do século XIX, podemos perceber que ambas partiam de perspectivas muito similares, e suas práticas baseavam-se na transmissão de conhecimento. No caso do ensino, o professor assumia até então a função de oralidade e o aluno a de memorização. A cisão desse modelo ocorre, segundo Abud, Silva e Alves, a partir do momento em que:

O conceito de História e de suas fontes se expandiram e do momento no qual foram incorporados ao ensino recursos didáticos [...]. O movimento da Escola Nova¹⁰ promoveu a incorporação das fontes com materiais didáticos. Paralelamente ao seu conhecimento como objeto de pesquisa do historiador, as fontes foram, aos poucos, incorporadas aos trabalhos realizados nas aulas, com os alunos. Leitura e interpretação de documentos, utilização de imagens, estudos do meio, fundamentavam-se na exploração das fontes históricas, transformadas pelo uso, em recursos didáticos. (ABUD; SILVA; ALVES, 2010, p. XII).

⁹ Segundos as DCEs, o trabalho através dos “temas históricos possibilita uma maior flexibilidade no ensino de História, considerando as críticas relativas à impossibilidade de ensinar ‘toda a história da humanidade’, pois a investigação didática da História é resultado de recortes ligados às problemáticas do Presente” (PARANÁ, 2008, p. 41).

¹⁰ Surge a partir de 1927, e tem como princípio “novos valores e princípios a fundamentar a organização escolar, novos modos de relacionamento entre professor e alunos, novo significado das matérias ou disciplinas, novos métodos. Enfim, novo modelo” (NAGLE, 2004, p. 265).

O que fazer para reverter essa situação? Como a disciplina de História pode vir a ajudar a sociedade na atualidade? Qual é o lugar que os apontamentos dos historiadores ocupam na vida dos educandos? Como nos entendemos como sujeitos hoje, que convivem em grupo?

A abertura para a utilização de novas fontes ampliou o campo de pesquisa, possibilitando o entendimento de outras camadas da sociedade, que eram até então silenciadas na História política ou documental (oficial). Até o século XIX, a perspectiva predominante era a de abordar a História de grandes heróis, o que, não obstante, faz-se presente até a atualidade em algumas práticas de ensino da disciplina. A noção de temporalidades, bem como de desenvolvimento permeado por relações de poder, ajudam a compreender como determinados fatos se consolidam, fazendo parte das memórias perpetuadas e compartilhadas e que, por sua vez, acabam por influenciar as construções sociais de identidades. Desenvolver a consciência histórica (RÜSEN, 2010) dos educandos, por meio de tais reflexões sobre as vivências, as influências e as relações de poder que perpassam as memórias e as identidades e refletem-se na formação de patrimônios ainda se mostra como uma tarefa difícil e nem sempre alcançada no ensino da disciplina de História. Na maioria das aulas, o professor conta somente com o livro didático, o qual se torna seu único recurso, embora devesse funcionar como um ponto de apoio. Rüsen, em seu livro “O livro didático ideal” (2010), salienta que o material didático teria a função de ser um apoio ao aprendizado de forma a potencializar o desenvolvimento do educando acerca dos temas, destacando de maneira geral a importância de o material instigar a pesquisa por parte do educando, e não se tornar finito em si mesmo (RÜSEN, 2010).

Para atingir o objetivo de análise crítica dos fatos, de modo que seja ao mesmo tempo interessante aos educandos, a História como disciplina precisa se reinventar. Sendo assim, não se deve abandonar a pesquisa histórica, o que confere rigor às fontes utilizadas, legitimando suas análises e os indícios que constituem os fatos, mas é preciso levar em conta o período de ocorrência, os agentes e os interesses envolvidos, buscando sempre uma contextualização, para que não ocorram anacronismos. Dessa forma, o trabalho do professor é fundamental no método de pesquisa histórica, destacando a importância das fontes, das intencionalidades e das diferentes perspectivas dos fatos e dos historiadores. O estudo da História, assim, não é o estudo do passado, mas da problematização dos diferentes olhares projetados sobre os fatos, os sujeitos, os documentos e da forma como tais elementos se articulam para a compreensão da sociedade, das pessoas e suas relações. Segundo Karnal:

Escolher qual o fato que queremos destacar e como trabalharemos a memória é uma atividade de todos e que o historiador tenta tornar consciente e crítica. Assim dizer que a História necessita ser reescrita não é apenas um imperativo derivado das descobertas constantes de documentos no seu sentido amplo, mas também da mudança de significação que damos a documentos antigos. (KARNAL, 2008, p. 8).

Nesse sentido, Karnal (2008, p. 8) afirma ainda que “ensinar história é uma atividade submetida a duas transformações permanentes: do objeto em si e da ação pedagógica”. O objeto em si está relacionado às mudanças sociais, às descobertas arqueológicas, entre outros, que agregam novos olhares e novos conhecimentos àqueles já produzidos. Já a ação pedagógica está relacionada à mudança de professores, estudantes, convenções de administração da escola, metodologias de ensino, entre outros, evidenciando também as transformações sociais no fazer do ensino e da aprendizagem.

Outro aspecto importante ao pensarmos o ensino de História refere-se à afirmação de Pinsky e Pinsky (2010, p. 21), que ressaltam que “cada estudante precisa se perceber, de fato, como sujeito histórico”. Esse processo é conferido por meio da humanização, que tem seu amparo nas Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE’s) do Paraná para o ensino de História (PARANÁ, 2010, p. 14), entendida como função em que “a escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem (internalização) e de avaliação que permitam aos professores e estudantes conscientizarem-se da necessidade de uma transformação emancipadora”. O ensino de História, assim, deve fomentar a formação de um cidadão crítico, apto a resolver problemas e então transformar o lugar de convívio coletivo em um lugar mais justo para todas as pessoas. O embasamento histórico visa, pois, compreender o presente a partir de uma visão ampla no tempo e no espaço.

Todavia, é válido ressaltar que o diálogo entre passado e presente nem sempre se mostra evidente. Além disso, as características do contexto atual, mediante o acesso a diferentes conteúdos proporcionados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, possibilitam aos educandos o contato com um universo de informações que provêm de diferentes fontes e que se modificam com grande velocidade. Sobre isso, Barca destaca que:

Pensar a educação histórica no início do século XXI é tarefa complexa e como sempre polêmica. É complexa porque não basta passar a crianças e jovens o conteúdo que seus pais aprenderam, na escola e fora dela, como pensamento único de um determinado grupo influente. Na sociedade carregada de informação múltipla em que hoje vivemos somos permanentemente confrontados com diversas visões de mundo, por vezes

em conflito entre si – tanto do passado como do presente – e que muitas vezes colidem também com os nossos conhecimentos, interpretações e emoções. [...] Tal pressuposto não autoriza a que, em História, se legitime toda e qualquer interpretação do passado: o compromisso com as fontes disponíveis e a coerência com o contexto constituem princípios em que se baseia a validação de uma 'conclusão histórica', bem como a distinção entre História e Ficção. (BARCA, 2007, p. 5-6).

Assim, é preciso considerar que a gama de conteúdos disponíveis na rede confere às pessoas a agilidade da informação, porém nem sempre tais informações podem ser vistas como legítimas, podendo acarretar em interpretações equivocadas e tendenciosas sobre determinados assuntos. Mas, como instigar a pesquisa histórica junto ao educando, tomando o cuidado de analisar criteriosamente e cientificamente as fontes?

Ainda como uma resposta que abrange uma gama de metodologias de investigação, um dos vieses centra-se nas novas abordagens da História a partir de diferentes áreas – e não a partir de uma sequência cronológica de fatos –, sendo esta uma perspectiva possível para o trabalho com novas metodologias que possam instigar o aluno a expandir seu pensamento e corroborar para um aprendizado significativo. Pinsky (2010) aponta diversas possibilidades que podem ser tomadas como pontos de partida para as discussões e aprendizagens históricas: biografias, relações de gênero, direitos humanos, cultura, alimentação, História Regional, ciência e tecnologia, corpo e meio ambiente, dentre outros. Diante de tal proposta e considerando os objetivos de nosso trabalho, partimos da temática do município de Jesuítas entendido como uma comunidade que traz em sua cultura fortes traços religiosos.

Aqui entendemos História temática pela perspectiva de Bittencourt:

Normalmente produzida pela pesquisa de historiadores – que estabelecem o tema a ser investigado e delimitam o objeto, o tempo, o espaço e as fontes documentais a serem analisadas. [...] Cada tema é pesquisado em profundidade, sendo a análise verticalizada, em meio às diversas possibilidades oferecidas, por intermédio de um máximo de documentação a ser selecionada segundo critérios próprios, a qual é interpretada de acordo com determinadas categorias e princípios metodológicos. O tema é precedido por exaustivas leituras bibliográficas e por críticas tanto da bibliografia quanto da documentação. (BITTENCOURT, 2005, p. 125).

Vale ressaltar que esse procedimento tende a não esvaziar o conteúdo em si mesmo, aproximando a produção acadêmica da História como disciplina. Assim, tendo como base a perspectiva temática e também a da História Regional, buscamos trilhar a sequência didática que escolhemos para a formação da consciência histórica dos educandos, visando a despertar

nos mesmos uma visão de sujeito histórico no contexto do município vivenciado por eles cotidianamente.

A História Regional, que ganhou ênfase com a História Nova, abriu um leque de possibilidades, as quais estão mais próximas da realidade do educando, valorizando a sociedade local no seu contexto, a fim de que os estudantes possam se ver como sujeitos históricos. Isso porque os sujeitos possuem a necessidade de conhecer os espaços onde vivem, entender os significados que os rodeiam ao longo do tempo, entendimentos esses que no cotidiano muitas vezes ficam em segundo plano.

Compreendemos que, por meio da ressignificação dos lugares vivenciados e dos fatos históricos que os permeiam, torna-se possível despertar o interesse dos educandos pela disciplina de História, além de estabelecer ligações entre a história individual e aquela ligada a contextos sociais mais amplos, como o município, o Estado, o país e o mundo.

Neste trabalho está em pauta, igualmente, a questão do sentimento dos sujeitos acerca de seu lugar de pertencimento, uma vez que, para Martins:

O “lugar” e a “região” respondem a demandas individuais e coletivas por segurança, continuidade histórica e pertencimento a algum tipo de comunidade de destino. Para novamente se sentirem sujeitos, as pessoas querem voltar a viver em lugares, entendidos como espaços concretos tecidos por relações sociais que conformam cotidianamente suas experiências individuais. (MARTINS, 2010, p. 139).

Ainda com relação à pertinência e relevância do trabalho com a História Regional – a seguir voltaremos a essa questão, ao pautarmos a ideia da micro-história e história vista de baixo – no ensino da disciplina, Schmidt e Cainelli consideram que:

O estudo da localidade ou da história regional contribui para uma compreensão múltipla da História, pelo menos em dois sentidos: na possibilidade de se ver mais de um eixo histórico na história local e na possibilidade de micro histórias, pertencentes a alguma outra história que as englobe e ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 139).

Dessa forma, tendo em vista que as várias histórias, ainda que de maneira particular, articulam-se com frequência a um contexto maior; em muitos casos, no entanto, tais relações acabam por ser naturalizadas, como no caso a presença religiosa. Partindo da perspectiva da História Regional, nossa pesquisa tem como lócus central o município de Jesuítas, onde vivem os estudantes que participaram de nosso trabalho e para o qual a temática da

religiosidade parece exercer e ter exercido, historicamente, uma forte influência desde os primeiros momentos de sua constituição. Tais elementos – religiosos – se fazem presente nas memórias compartilhadas e, ainda, nas identidades assumidas pelos moradores de diferentes épocas, de forma a se mostrarem muito presentes ainda hoje.

Assim, a seguir, buscamos discutir algumas compreensões teóricas. Afinal, elas balizam tanto nosso entendimento sobre o ensino de História, como orientam nossa prática pedagógica com os alunos da Educação Básica.

1.2 Reflexões sobre noções na pesquisa sobre o Ensino de História

As concepções de História adotadas ao longo do tempo conduzem a diferentes interpretações dos fatos e dos sujeitos. A Nova História, que é uma delas, parte do entendimento de História que prioriza um conceito de história total, segundo o qual tudo passa a ser história, além da História Regional, uma das possíveis interpretações dessa nova maneira de analisar a história que tende a contribuir para o entendimento da realidade do educando. Essas concepções ainda colaboram com uma gama de variedade de informações e temáticas que podem se encaminhar para uma narrativa mais ampla, a qual possibilita a compreensão diversa do fato, a partir da valorização de vários sujeitos que, muitas vezes, foram mantidos na invisibilidade na edificação da memória histórica. Tal entendimento, para Burke (1992, p. 56), pode ser percebida como “uma visão ‘porão-sótão’ da sociedade”, das camadas populares ao contexto histórico posto pelas chamadas elites. Segundo Peter Burke:

Tal visão é a tomada de consciência de que as pessoas fizeram coisas diferentes (e então, implicitamente estranhas) no passado, e que muitas delas sofreram privações materiais e suportaram sofrimentos, o que nos permite comparar os dissabores do passado com nossas atuais condições mais amenas. (BURKE, 1992, p. 56-57).

Nesse sentido, pensando nos educandos como protagonistas de sua própria história, ou seja, como sujeitos históricos, buscamos evidenciar novas narrativas históricas para além das formas ditas tradicionais, estas últimas baseadas em grandes eventos, nos quais grandes heróis eram venerados, privilegiando-se uma elite que passaria a representar uma concepção de história total e única. A esse respeito, tomamos por base os apontamentos de Peter Burke (1992, p. 53-54), segundo o qual “a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história”. Contrapondo-se à história tradicional, a história vista de baixo abre novas visões para outros grupos que

também fizeram parte dos fatos históricos, e, por não fazerem parte da chamada “elite”, suas perspectivas e participação nos acontecimentos foram silenciadas.

Assim, a investigação de grupos que também faziam parte do contexto de relações nos mesmos períodos históricos, como por exemplo a construção da cidade e entre eles os operário, artesões, camponeses etc., pode permitir aos sujeitos – em especial aos educandos – perceber que a história que fundamenta a construção de memórias nem sempre valorizou uma gama de versões, o que possibilita ao indivíduo se entender também como componente e detentor da construção histórica, através da sua vivência.

Apontamentos ainda sobre a história vista de baixo, do autor Jim Sharpe (1992, p. 41-42), levam a uma maior análise sobre as dimensões da história, ao debater acerca de um dos primeiros historiadores a pensar sobre a temática, Edward Thompson (1965). Tal historiador “não se limitou apenas a identificar o problema geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas comuns”, mas “percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado”, e assim conseguir fundamentar um determinado fato com as suas várias possibilidades de causas e efeitos, ou seja, não somente os generais que participaram da Batalha de Waterloo, mas também a perspectiva dos soldados, que descreviam suas visões em cartas destinadas às suas famílias.

Logo, levando em consideração que a História está em constante construção, cabe destacar que as interpretações sobre os eventos passados são variadas e ao historiador compete esclarecer as diferentes interpretações ao longo do tempo. Essa perspectiva de analisar a história permite que grupos que antes eram levados a assimilar os fatos como verdades, passassem a questionar a participação de outros grupos sociais na história, a exemplo das guerras, que eram sempre vistas da perspectiva dos vitoriosos. Passou-se, assim, a verificar também a perspectiva dos vencidos, ou das classes e grupos sociais que tinham até então pouca visibilidade social. Pensando assim, a visão dos generais nas guerras passou a ser mais uma visão entre outras possíveis, cedendo espaço, quando for o caso, para análise da relação dos soldados, para os conflitos existenciais e familiares daqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos no conflito bélico.

Para essa nova perspectiva, novas fontes corroboram que outros grupos sociais participem da constituição do fato histórico, o que abre portas para uma análise de outros desdobramentos que possam vir a compor a realidade social, a partir da constituição de memórias, trazendo à tona a possibilidade do historiador se mostrar inovador, e fazendo também emergir novas visões de grupos que não tinham conhecimento sobre sua própria história (BURKE, 1992, p. 59).

Pensando nesses sujeitos como seres atuantes e que nem sempre obtiveram destaque para a narrativa da história (mas que com a abertura do campo da história passaram a ter destaque também para se entender a história a partir de outras perspectivas), a micro-história também pode vir a contribuir para a pesquisa, considerando que se parte da análise de fragmentos menores – como ruas, bairros, cidade –, ligadas a um contexto mais amplo, do estado, do país e do mundo. A esse respeito, Levi afirma que:

Neste tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais. Assim, a micro-história possuía uma posição muito específica dentro da chamada nova história. [...] Era importante refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos. (LEVI, 1992, p. 136).

As contribuições tanto da micro-história quando da História vista de baixo podem ajudar a compor uma análise um pouco mais abrangente sobre contextos urbanos e sociais, tornando a aula algo que desperte o interesse e instigue o educando, para que dessa forma o aprendizado seja significativo. A noção de participação social nem sempre foi algo comum a todas as classes sociais. Ao valorizarmos elementos que constituem a cultura local de um município, é possível repensar características muitas vezes naturalizadas pela sociedade, que são oriundas de alguns grupos sociais em detrimento de outros, moldando comportamentos ao longo da constituição do próprio tempo histórico. Reis (2011), ao interpretar as ideias de Bloch em seu livro “Apologia da História” (1974), chega ao seguinte pensamento acerca do tempo:

O tempo histórico é o das coletividades públicas, das sociedades, civilizações, um tempo comum, que serve de referência aos membros de um grupo. Por um lado, o tempo histórico possui uma objetividade social, é independente da vontade dos indivíduos; por outro, os indivíduos também o criam e tecem, interferem e o transformam, suas biografias modificam a sociedade, mas não podem ignorar o tempo social que se impõe a eles. (REIS, 2011, p. 12).

O tempo pode ser coletivo, mas sua percepção acaba por ser diferente a cada indivíduo, devido ao lugar social. Para compreender as diferentes temporalidades e de que forma tal dimensão se articula à realidade e às relações sociais, são fundamentais aos sujeitos

as aprendizagens históricas, que, na escola, configuram-se justamente como o centro do processo de ensino e aprendizagem da disciplina de História.

A história regional pretende dar ênfase ao local onde os indivíduos estão inseridos, para que, partindo de sua realidade, consigam compreender contextos mais amplos, que estão agregados à sua realidade, mas que nem sempre são perceptíveis aos sujeitos.

Na esteira dessa compreensão acerca do que entendemos por História, sua perspectiva, suas fontes e presença de novos sujeitos históricos, podemos associar a noção de patrimônio, a partir da perspectiva do IPHAN¹¹, considerando que o mesmo pode ser material – arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas – ou imaterial, que podem ser práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Para Fonseca:

A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade de bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens. (FONSECA, 1997, p. 58).

A ideia de ressemantizar, ou dar outro sentido aos bens evidencia o processo de significação que os indivíduos projetam sobre o meio e a sociedade. Nesse sentido, é importante a desnaturalização da ideia de que existe uma única memória e um único passado, sem conflitos e contradições sociais (ORIÁ, 1998). Procura-se entender as relações de poder que permeiam as formações patrimoniais, o que ajuda a perceber e ao mesmo tempo reivindicar memórias vinculadas a outros grupos excluídos da identidade nacional, para promover uma maior sociabilização em relação às desigualdades.

Nessa mesma direção, é válido o diálogo com a compreensão de Le Goff (2003), que promove a problematização e utilização de outras séries de documentos e monumentos como fontes históricas, úteis para leitura e interpretação do passado, dando relevância aos elementos que influenciam a constituição das memórias. Situemos a memória, segundo Le Goff, “Como propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a

¹¹ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 11 set. 2017.

um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). A definição de memória traz, assim, traços da memória histórica e da memória social, composta por vestígios de vivências, que nem sempre são questionadas e, em alguns casos, ocultam relações de poder. Nesse sentido, é importante compreender que o “processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios” (CHANGEUX, 1972 *apud* LE GOFF, 2003, p. 420).

A essa altura, faz-se pertinente a reflexão de Le Goff acerca da constituição e significação dos documentos/monumentos. Para o autor, todo documento também é monumento e vice-versa, sendo que a construção desses dois elementos se dá em função da escolha de um determinado grupo a se passar/perpetuar uma ideia. Assim, compreende-se que o “documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro” suas concepções e valores (LE GOFF, 2003, p. 538). Essa tentativa de imposição delinea as identidades dos grupos sociais, de modo que se torna necessária a problematização de diferentes fontes para que também possa compreender a formação de uma memória coletiva. A esse respeito, Le Goff esclarece que:

A revolução documental tende também a promover uma nova unidade de informação: um lugar de fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua. Tornando-se necessário novos arquivos, nos quais o primeiro lugar é ocupado pelo *corpus*, a fita magnética. A memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. (LE GOFF, 2003, p. 532).

Ainda com relação ao conceito de memória, recorremos a Michel Pollak (2012, p. 3), que compreende que “locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo”. Ainda para o autor, as memórias são vistas de forma fragmentada, mas se articulam a um todo mais amplo. Não obstante, nem sempre elas têm seu espaço e legitimidade em meio a disputas de memórias dos diferentes grupos sociais. Pollak (1992, p. 5) ressalta ainda que a memória está ligada ao sentimento de identidade, coletivo ou individual, e se torna de extrema importância para a continuidade de uma pessoa ou de um grupo ao longo do tempo.

Especificamente com relação ao conceito de identidade, recorremos inicialmente às considerações de Manuel Castells (1999), que enfatiza como ocorrem as construções de

identidade no mundo globalizado. Para Castells, elas podem ser classificadas em identidade legitimadora – introduzida por instituições dominantes com o objetivo de se manter no poder –, identidade de resistência – criada por atores que se veem em condições desfavorecidas – e, por fim, identidade de projeto, quando os atores sociais se utilizam da cultura e constroem novas identidades (CASTELLS, 1999). Diante disso, parece válido um estudo acerca das diferentes concepções de identidade assumidas pelos indivíduos e grupos sociais, a fim de possibilitar o aprofundamento da análise acerca das características identitárias que emergem da história dos sujeitos numa perspectiva da História Regional.

Para Calhoun:

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O auto conhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específico, pelos outros. (CALHOUM, 1994 *apud* CASTELLS, 1999, p. 22).

A identidade é, portanto, um elemento constituinte do ser. Kathryn Woodward (2000) traz reflexões que fomentam a perspectiva da identidade e da diferença, analisando a formação de grupos e o que os distinguem uns dos outros (diferença). Para a autora, um dos âmbitos para desenvolvimento dessa diferença é “a marcação simbólica [...], meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo quem é excluído e quem é incluído” (WOODWARD, 2000, p. 13). Assim, a exclusão passa a ser de uso de determinados grupos que estipulam quais são os fatos e como eles serão narrados, formando uma cultura de naturalização na qual os questionamentos deixam de ser importantes. Segundo Woodward:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas [...]. Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2000, p. 18).

Dessa forma, compreende-se que diferentes memórias e identidades disputam espaço e visibilidade, sendo oportuno evidenciar de que forma as relações de poder de cada contexto histórico podem influenciar tal processo. Desse modo, o indivíduo acaba por receber influências do seu meio, recebendo contribuições do mesmo, direta ou indiretamente, o que

acaba por transformá-lo em parte desse todo, possuindo defesas e comportamentos próprios de sua cultura.

Nesse sentido, os estudos de Stuart Hall (2003), podem também contribuir com nosso trabalho ao chamarem a atenção para a perspectiva da fluidez e fragmentação das identidades na sociedade contemporânea. É por isso que a identidade pode variar de um local para outro, conforme as influências que o sujeito recebe ou recebeu. Hall afirma que:

À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2003, p. 12-13).

As identidades presentes na sociedade contemporânea são fragmentadas, com a possibilidade de haver múltiplas identidades simultaneamente, frutos da influência de diversos grupos de convívio do sujeito, sejam eles religiosos, políticos ou familiares. Dessa forma, vale destacar que as identidades são constituídas junto a uma classe ou grupo social, a um determinado coletivo, de modo que não se trata de percepção individual da pertença, mas de produção de sentidos juntos à sociedade, sendo que a visão que temos do passado é muitas vezes reconstituída com ênfase no presente (HALBWACHS, 2006).

O que se tem como representação de memória de um povo se identifica com o grupo que domina o poder. Tais grupos escolhem quais símbolos querem ou não preservar, fazendo com que, dessa maneira, a pessoa crie uma identidade. Para Halbwachs, o grupo social decide o que é memorável ou não. Sendo assim:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Ainda para Halbwachs (2006), as memórias, mesmo que sejam mobilizadas individualmente, são sempre constituídas no grupo social. Trata-se, portanto, de memórias coletivas, de modo que: “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Assim, como é possível destacar, os conceitos de memória e identidade devem ser entendidos como inter-relacionados. Não é possível uma identidade sem memória e, ao

mesmo tempo, a constituição das memórias depende, em grande medida, das articulações e disputas que se travam entre as identidades. Também é importante compreender que ambas as noções entrelaçam, ao mesmo tempo, as dimensões subjetiva e social do indivíduo: por mais que sejam elementos mobilizados pelo sujeito, constituem-se e são constituidores da trama social e das coletividades.

1.3 Ressignificação do Ensino de História através da memória e da identidade

Conforme discutido no início deste capítulo, podemos dizer que, atualmente, o ensino de História enfatiza a necessidade de novas abordagens para oportunizar ao educando uma maior participação social, vinculando-se a temáticas mais próximas de sua realidade. Tomando como ponto de partida a ideia de memória coletiva de Halbwachs, segundo a qual o indivíduo está constantemente construindo memórias com base em suas vivências sociais, consideramos a importância de promover reflexões acerca da constituição das memórias e das identidades no ensino de História, em virtude da pluralidade cultural que caracteriza nossa sociedade.

Tratar do tema das memórias e das identidades em nossa sociedade implica reconhecer a diversidade de culturas e grupos sociais que se fazem presentes em nossa constituição histórica, compreendendo as disputas e as relações de poder que permeiam todo esse processo. Conforme Ulpiano Bezerra Menezes:

O tema da memória está em voga, hoje mais do que nunca. Fala-se da memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da Constituinte e do partido, memória da cidade, do bairro, da família. Talvez apenas a memória nacional, tantas vezes acusada (e tantas vezes acusadora), esteja retraída. Multiplicam-se as casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, coleções, publicações especializadas (até mesmo periódicos). Os movimentos de preservação do patrimônio cultural e de e outras memórias específicas já contam com força política e têm reconhecimentos públicos. Se o antiquariato, a moda retrô, os *revivalles* mergulham na sociedade de consumo, a memória também tem fornecido munição para confrontos e reivindicações de toda espécie. (MENEZES, 1992, p. 9).

A necessidade de aproximação entre passado e presente evoca a memória a seu lugar de construção social de identidade. Assim, compete ao historiador lembrar fatos esquecidos que podem vir a ajudar a compreender alguns contornos de hoje, fruto das construções do ontem e, dessa forma, a retomada é um exercício constante na sua desconstrução e reconstrução.

Para Márcia D' Alessio:

A consequente profusão de estudos sobre a memória reduziu a história e, no limite, modificou-lhe a escrita. As emoções do lembrar o seu uso pelo historiador desmancham a rigidez da reflexão científica e a aridez do seu discurso. Embora a oposição permaneça, memória e história-conhecimentos estão mais próximas, a primeira em colaboração com a segunda. (ALESSIO, 2001, p. 60).

Ao se rememorar o passado, busca-se pistas que podem elucidar o presente através de novas visões construídas por interpretações de fatos diferentes, seja pela própria questão do deslocamento do tempo, seja pela maior acessibilidade a mais fontes para compor uma narrativa.

O desafio da narrativa na disciplina de História consiste em garantir que a mesma não perca sua cientificidade, sendo que a transposição didática entre o saber científico e o saber escolar mostra-se sempre como um desafio permanente. Há, ainda, indagações sobre o consumo que temos de História na sociedade hoje, sendo que, para Anhorn (2012, p. 190), “Produzimos, distribuímos e consumimos história com o intuito de significar nossa experiência temporal individual e coletiva”. Essa ressignificação passa por alterações, como a história individual, que deu lugar à história dos grupos sociais e os acontecimentos que, por sua vez, deram lugar aos fatos sociais globais, os quais geraram as narrativas.

Há defensores dessa teoria como também há opositores. Ricoeur (1997), um dos principais defensores dessa teoria como evidencição de História, enfatiza a “narrativa como o guardião do tempo, na medida em que só haveria tempo pensado quando narrado” (RICOEUR, 1997, p. 417). Nessa forma de evidenciar a História, estaria presente também uma problematização que levaria o indivíduo a uma reflexão, questionando seu próprio lugar social nessa problemática, alterando assim as memórias de determinados fatos contados a partir somente de alguns grupos.

Oriá (1998) chama a atenção para a importância da disciplina de História para a construção da cidadania, bem como relembra Le Goff, para quem: “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 471).

A importância de se analisar a trama das constituições da memória para a disciplina de História, em especial, se foca no tema de que são as lembranças atreladas aos fatos que formam a memória, e esta é sempre utilizada para resolver situações que surjam em meio à

complexidade de situações do dia a dia. Ao mesmo tempo, elas também influenciam a formação de identidades, dimensionando as escolhas e os comportamentos das pessoas.

Simultaneamente, é preciso considerar que as memórias e as identidades se constituem a partir de disputas e relações de poder que hierarquizam fatos, personagens e lugares. Nesse sentido, a disciplina de História precisa descortinar tais relações, ou melhor, instigar o educando a descortiná-las, com vistas à compreensão dos processos envolvidos na construção e consolidação de uma narrativa histórica.

A necessidade de se nomear, ou dar sentido a algo dentro de um contexto maior está direta ou indiretamente relacionado à necessidade de se perpetuar uma memória, seja ela relacionada a eventos, pessoas, coisas ou ideias, para se afirmarem além do tempo. Segundo Gonçalves (2004, p. 178), “O estabelecimento desses lugares unidades, por seu turno, se materializa na ação dos homens no mundo, ou seja, no curso de suas experiências históricas, nas quais se inserem os atos de nomear, leiam-se identificar e localizar, os lugares onde se vive”; o que leva a produzir significados aos membros de um grupo, sendo que essa produção significativa pode ser convertida em identidades. Esses significados, que são perpetuados através das memórias, ajudam a entender que, da mesma forma que algumas memórias de determinados grupos acabam se perpetuando, outras são silenciadas. O espaço escolar é permeado por diferentes grupos sociais, de modo que entender as tramas da constituição das memórias proporciona aos educandos uma maior aproximação com os contextos históricos vividos, percebendo-se através deles como grupos os caminhos percorridos e muitas vezes negligenciados. Com esse intento, busca-se contribuir para a formação de um cidadão crítico, que se perceba como sujeito fruto de construções sociais. Para Bittencourt:

A maioria das propostas curriculares, o ensino de História visa contribuir para a formação de um “cidadão crítico”, para que o aluno adquira a postura crítica em relação à sociedade em que vive. As introduções dos textos oficiais reiteram, com insistência, que o ensino de História, ao estudar as sociedades passadas, tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente e perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática. (BITTENCOURT, 2002, p. 19).

Todavia, as novas metodologias tentam levar o educando a entender os constantes contextos históricos por meio de análises e reflexões sobre seu meio. A proposta, assim, é considerá-lo como um ser ativo de sua construção social, que pode colaborar com o processo de ensino aprendizagem, que é capaz de refletir sobre sua realidade e, por meio dela, traçar

iniciativas comuns para uma sociedade mais igualitária. De tal forma, o docente é um dos principais articuladores entre o conhecimento científico e o senso comum. Conforme Schmidt:

O professor de história pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é responsável por ensinar o aluno a captar e valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas. (SCHMIDT, 2002, p. 57).

Considerando o ensino de História na Educação Básica, os estudos acerca da constituição de uma memória, por meio de documentos, relatos, objetos, imagens entre outras fontes, podem evidenciar os diferentes grupos presentes na sociedade e de que forma alguns são priorizados e outros silenciados. Nessa problemática, vale ainda ressaltar que a memória está presente também no processo de ensino do próprio professor, sendo que o educando também traz concepções próprias sobre os acontecimentos históricos.

À escola compete ainda desenvolver discussões pautadas na questão patrimonial também como uma forma de preservação. Em uma sociedade capitalista, as referências de história e identidade muitas vezes são destruídas para dar lugar ao novo, ao moderno, sem perceber que o antigo traz consigo toda uma vivência de uma sociedade. Para Oriá:

Considerar a preservação do patrimônio Histórico como uma questão de cidadania implica reconhecer que, como cidadãos, temos o direito à memória, mas também o dever de contribuir para a manutenção desse rico e valioso acervo cultural de nosso país. (ORÍÁ, 2002, p. 140).

Dessa forma, o espaço escolar também precisa discutir a importância das relações de poder, na edificação de patrimônios materiais ou imateriais e, ao mesmo tempo, enfatizar a necessidade de preservação como uma História viva da comunidade que a originou, para assim se poder entender como indivíduos herdeiros de uma cultura que está em constante desconstrução e reconstrução.

CAPÍTULO 2

RELIGIÃO, ESPAÇO E CULTURA: PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA EM JESUÍTAS

Este capítulo pretende discutir algumas noções referentes à religião e à religiosidade, no intuito de compreender a influência desta dimensão cultural nos comportamentos e posturas do indivíduo em sociedade, bem como no processo de constituição dos espaços, em especial no contexto brasileiro, para assim problematizarmos nosso objeto: os topônimos das avenidas, ruas e bairros de Jesuítas que denotam a grande influência que a religiosidade possuía e possui no município.

No Brasil, podemos dizer que a História da religião é feita quase exclusivamente com base na religião da Igreja Católica, remetendo à época de colonização devido as associações de Portugal com a Igreja Católica Romana, no século XVI. Assim, o catolicismo exerceu forte influência, juntamente com outros aspectos da cultura portuguesa, no desenvolvimento dos espaços e das cidades brasileiras que trazem, em sua constituição histórica, referências marcantes da participação do mesmo.

Já a ideia de sagrado amplamente utilizada pelo catolicismo é anterior à formação da própria Igreja, estando relacionado ao surgimento das primeiras comunidades, ainda no período Pré- histórico, com indícios de surgimento no Paleolítico. Seu desenvolvimento mais intenso aconteceu a partir do Neolítico, após a Revolução Agrícola. Quando se saiu do nomadismo e se iniciou o sedentarismo, essas novas formas de organizações tendo como base as aldeias e a vida em grupo também tiveram sua parcela de contribuição para o desenvolvimento de rituais.

Como veremos, a influência da religião e da religiosidade no contexto brasileiro se faz presente na esfera cultural, materializando-se, inclusive, no espaço das cidades distribuídas em diversas regiões. Nesse movimento, e tendo em vista o objetivo de nosso trabalho, buscamos discutir, ainda neste capítulo, aspectos do processo de colonização da região oeste do Paraná, a qual esteve inserida em um contexto de disputas de terras entre Governo e colonizadoras, fatos que também denotam algumas participações para se dar início ao surgimento de topônimos.

Por fim, situamos, na esteira desta mesma análise, o município de Jesuítas, na intenção de evidenciar seu processo de colonização e desenvolvimento, trazendo à tona as influências exercidas pela Igreja Católica em todo esse movimento, através de características

evidenciadas em seu espaço urbano, bem como em posturas dos próprios munícipes que se organizam no entorno desse processo.

2.1 Religião, cultura e espaço

A religião é um elemento que se faz presente em vários contextos sociais, influenciando práticas e comportamentos de variados grupos em todo o mundo e em diferentes contextos históricos ao longo de milhares de anos. Para Chartier (1990), os processos de constituição dos indivíduos variam conforme o contexto social e seu período de vivência, sofrendo influências de diversas representações, sendo a representação religiosa um dos elementos que influencia tal formação. Para esse autor,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Desse modo, compreendemos que as intencionalidades estão inseridas no meio social e são justificadas por meio de figuras, instâncias e/ou instituições de autoridade, os quais visam, assim, consolidar práticas e posições, que acabam muitas vezes sendo naturalizadas pelos indivíduos. Em um cenário de disputas constantes, nos quais determinados grupos visam tornar suas representações hegemônicas, podemos perceber que a dimensão religiosa – protagonizada, em grande parte, pela Igreja Católica – ganha destaque no mundo ocidental, em diferentes momentos históricos. A religião, assim, evidencia-se como fator influenciador de comportamentos, estabelecendo padrões de vivências e perpetuando-se por meio da cultura, das práticas, das compreensões, entre outros, adquirindo novas formas de ressignificação em suas práticas ao longo do tempo e espaço, apoiada em diferentes perspectivas de percepção, sejam elas materiais ou imateriais, tendendo a condicionar posturas.

Tendo em vista o exposto, buscamos evidenciar a construção de uma perspectiva a partir do sagrado, pouco problematizado pela própria sociedade, pois por diversas vezes encontrasse naturalizado com suas práticas.

Considerando o contexto brasileiro, marcado desde o século XVI pelo processo de colonização portuguesa e com forte influência do catolicismo, podemos verificar que há características e influências distintas na formação das cidades em todo o território do país – nomes de santos, missões e outros elementos da Igreja Católica –, o que exerce uma conotação simbólica própria. Tal processo, por sua vez, evidencia uma imposição cultural europeia aos povos que aqui residiam, como aos povos indígenas, que possuíam outras crenças, e foram sendo catequizados para que seguissem a religião católica, denotando uma prática de aculturação¹².

De toda forma, é fundamental ressaltar que, no Brasil, segundo Rosendahl (2008), um dos aspectos que marca o catolicismo popular brasileiro é, justamente, a privatização das relações do sujeito com os seres sagrados, com pouca intervenção institucional e em uma relação orientada pela interpretação e ritualização do próprio praticante. Nessa relação, destaca-se ainda que as práticas e rituais religiosos apresentam uma prática centrada nos santos – sejam aqueles canonizados pela Igreja ou aqueles que emergem da História ou das práticas de uma localidade.

Há, nesse sentido, um conflito recorrente entre a fé popular do brasileiro – espontânea, privatizada – e a hierarquia eclesiástica – que busca a todo o momento o controle das práticas individuais. Nesta direção, Rosendahl afirma que, no que se refere à religião e à religiosidade do brasileiro:

Não existe um conhecimento sistematizado e sim um conjunto de mitos e práticas do sagrado que se constitui em um saber oral, um repertório de crenças e ritos recriados na memória coletiva popular. Os centros religiosos brasileiros como expressão do catolicismo popular originam-se a partir de diversas manifestações do sagrado, relacionadas, em sua maioria, a fatores socioeconômicos e políticos. (ROSENDAHL, 2008, p. 77).

É a partir desse viés que podemos entender a construção do espaço das cidades brasileiras e o modo como foi se consolidando a influência da Igreja Católica – temática fundamental à nossa investigação. Nesse movimento, a construção do espaço e do lugar acaba sendo marcado por esta experiência religiosa, que se dá no conflito entre as práticas, os ritos e a representação simbólica de uma religiosidade individual, por um lado, e, por outro, a imposição, controle e direcionamento dado pela instituição religiosa – no caso, a

¹² Aculturação entendida “para designar os fenômenos que resultam da existência de contatos diretos e prolongados entre duas culturas diferentes e que se caracterizam pela modificação ou pela transformação de um ou dos dois tipos culturais em presença” (PANOFF; PERRIN, 1973, p. 13).

Igreja Católica que acaba por fazer que os seus seguidores tenham posturas de defesa de suas ideias.

Na esteira desta discussão e considerando a relação que o indivíduo constrói com o lugar no qual se encontra, bem como o modo como estas relações passam a influenciar o sentimento de pertencimento dos indivíduos naquele espaço relacionadas a lembranças que se consolidam em memórias, destacamos a importância da religiosidade bem como a dos símbolos que podem embasar o desenvolvimento desse processo. Para Mello (2008, p. 167), as lembranças, sejam elas lugares, símbolos de entes queridos, merecem toda uma consideração especial, e são esses envolvimento íntimos com os lugares/símbolos que acabam por desenvolver uma confiança e afeição, sendo de compartilhamento coletivo e edificadas por significados diferentes. Carregados de sentimentalismo, denotam identidades a sua simbologia.

A afetividade com o local de moradia é também uma representação interiorizada e memorizada, que cria outras representações, influenciando o surgimento de novos símbolos e a preservação de antigos como demonstração cultural, sendo que as representações são tanto externas quanto internas ao sujeito. Nesse movimento de criação de símbolos, é perceptível a influência da religião na própria constituição do espaço das cidades, seja através de traços estéticos ou de condicionamentos de opiniões. Assim, segundo Mello:

As expressões simbólicas (e transcendentais) surgem desde a parte exterior com a torre de uma igreja de bairro, significando a elevação do espírito aos céus e dominando, ou imponente, os seus arredores até a sua denominação sendo proveitosamente convertida nos letreiros dos estabelecimentos comerciais ou de serviços do lugar. Sua relevância é reconhecida por aqueles que não frequentam seus cultos, festas e reuniões, mas que a utilizam como indicador geográfico, transformando em símbolo do bairro vivido. (MELLO, 2008, p. 170).

Essas representações influenciam manifestações próprias de cada lugar, ou seja, aquilo que passa a compor a cultura de determinado grupo social. A propósito, a respeito da noção de cultura – visto a importância de tal compreensão ao discutirmos acerca da religião –, podemos recorrer às considerações de Geertz. Nas palavras do autor:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal suspenso em teias de significado que ele mesmo teceu, eu considero cultura como sendo aquelas teias e sua análise sendo, portanto, não uma ciência experimental à procura de leis mas uma ciência interpretativa à procura de significado. (GEERTZ, 1989, p. 15).

Entendemos, portanto, que a religião é elemento constitutivo da cultura e faz parte das teias de significado constituídas e constitutivas dos grupos sociais. Desse modo, tendo a religião como um dessas teias formadoras de sentido, os próprios indivíduos acabam por adquirir práticas e posturas de defesa e perpetuação de suas crenças religiosas, sendo que, em muitos casos, tais práticas, símbolos e demais elementos religiosos acabam sendo assumidos em seu cotidiano, materializados inclusive nos espaços de convivência – individuais e coletivos. Como a representação passa a compor o que chamamos de espaços públicos, onde todos circulam e podem ver, tomamos o seu significado da mesma forma. Assim, “A cultura é pública porque o significado o é” (GEERTZ, 1989, p. 22).

Como podemos verificar, a religião tende a influenciar posturas na sociedade desde sua constituição, transformando modos de convivência, criando e perpetuando práticas culturais, carregando, através do tempo, marcas de sua presença.

Considerando que a proposta de nossa investigação visa a evidenciar a influência da religião na constituição e no espaço do município de Jesuítas, vale ressaltarmos, além da dimensão simbólica e cultural da religião, também seu viés estrutural, uma vez que se pode verificar sua influência materializada em nomenclaturas, monumentos, praças, casas, escolas, entre outros elementos do espaço urbano que passam a compor parte da História dos diferentes grupos sociais. A propósito, ao nos debruçarmos sobre tal problemática, as denominações atribuídas a esses espaços e monumentos aguçam nossa curiosidade, em vista de compreender: quais os elementos que influenciaram tais escolhas? De que forma se fundamentam e/ou se relacionam ao contexto vivido por aquela população? Houve disputas de poder? Que agentes ou interesses – políticos, religiosos, etc. – estiveram envolvidos nesses processos?

Assim, tomando a questão religiosa – foco de nossa pesquisa – como forma de representação simbólica presente em vários lugares, dentre os quais destacamos os espaços cotidianos e os diversos espaços públicos, nossa intenção é instigar uma percepção mais aprofundada das relações e disputas que evidenciam a presença e a influência da religião na atualidade e através da História. Pierre Bourdieu define a expressão poder simbólico como “poder de construção de realidade” (BOURDIEU, 2011, p. 9). Essa edificação da realidade também passa pelo campo geográfico, chamando a atenção de alguns autores no intento de ter-se um olhar mais atento à religiosidade como fator atuante nas ações sociais dos indivíduos.

Dentre os diversos autores que pautaram esta temática, Bonini *et al.* (2012) destacam alguns que aqui apresentamos:

- (1) Pierre Deffontaines, o qual investigou as relações entre as culturas e suas representações religiosas concretas no espaço, como em igrejas, cemitérios, lugares tidos como sacros, etc.
- (2) Maximilien Sorre, que abordou as atividades religiosas e suas influências no espaço social, sobretudo o rural.
- (3) Paul Claval, autor que teceu considerações a respeito do tema religião na Geografia, sugerindo aos pesquisadores a importância de explorar a percepção de mundo e o universo imaginário ricamente encontrado nas regiões e suas representações nos espaços sociais.
- (4) Claude Raffestin, cuja contribuição teórico-metodológica se dá ao sugerir uma abordagem política do fenômeno religioso, chamando, inclusive, a atenção para a expansão do islamismo na contemporaneidade.
- (5) Manfred Büttner, que propôs algumas orientações para o estudo da religião dando ênfase a uma compreensão geográfica crescente social, em oposição à inclinação cultural da religião.

Esses autores buscaram aprofundar o olhar para o viés religioso a partir da análise dos espaços públicos, visando evidenciar como tais aspectos interagem no espaço urbano. Tais contribuições ajudam a entender a religiosidade também sob um aspecto geográfico, com suas raízes consolidadas historicamente por meio de marcas e influências na construção do espaço social. Tais elementos são ainda relevantes para entendermos as formações sociais, sendo fundamental que os estudos históricos busquem aprofundar esse viés de análise. A esse respeito, destacamos o posicionamento de Burity, para quem:

Tanto a percepção de que a religião continua a ser relevante nos espaços públicos contemporâneos quanto a de que formas especificamente religiosas de demandas sociais são parte legítima de um campo de ação coletiva democratizantes são diretamente tributárias de uma renovada atenção ao tema cultura. (BURITY, 2010, p. 30).

Em vista de aprofundarmos nas discussões sobre a influência da religião no espaço da cidade, um elemento conceitual que se faz relevante é a noção de toponímia, a qual está relacionada ao ato de nomeação, de conceber uma designação a algo. Segundo Dick:

A nomeação, como atividade de significação envolve a percepção biológica dos objetos do mundo transformados em substâncias estruturadas pela apreensão/compreensão refletidas na cosmovisão de cada grupo, o que leva a estabelecer, em seguida, o processo de conceptualização na qual ocorre a

produção de modelos mentais, que por sua vez, correspondem aos recortes culturais (designadas) feitos pelo grupo e representados (ou apresentados) no sistema linguístico. (DICK *apud* SIQUEIRA, 2011, p. 192).

A toponímia se pauta nas concepções culturais, históricas e sociais constituídas no espaço e tempo para descrever seus topônimos. Estes, por sua vez, se mantêm além de sua origem primária, ou seja, o contexto que derivou sua concepção de identificação.

De acordo com Ananias e Zamariano (2014, p. 191), por meio dos topônimos torna-se possível analisar as mudanças linguísticas e também de suas estruturas. A tentativa de entender as nomenclaturas de ruas, avenidas e bairros pode evidenciar o entendimento acerca de uma estrutura mais ampla, uma vez que as escolhas, as disputas de poder e as representações podem ser refletidas a partir da análise toponímica. Ainda, Claval destaca que:

Todos os lugares habitados e um grande número de sítios característicos na superfície da Terra têm nomes – frequentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores [...]. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço. (CLAVAL, 2001, p. 189).

De modo análogo, Seemam (2005, p. 211) destaca que “a denominação de lugares acontece em diferentes escalas e pode afetar um país inteiro ou apenas uma rua, um morro insignificante ou uma casa”.

Voltando-nos para a temática de nosso trabalho, isso nos leva a inferir que a identificação de ruas, avenidas e bairros pode ser uma reflexão direta a presença da religião católica no contexto brasileiro, em particular em Jesuítas. A partir do exposto, podemos compreender que o estudo da toponímia e suas implicações históricas permite a análise de relações próprias de cada lugar. Ainda a esse respeito, Siqueira destaca que:

Em certo sentido, o signo toponímico se contrapõe ao signo linguístico pelo seu caráter “motivado”, isto é, o designativo toponímico difere dos demais signos da língua por sua função onomástica de identificar nomes caracterizados sobretudo, pela motivação. Em outras palavras, as razões, que fazem com que o falante escolha ou selecione um determinado nome, dentro de um eixo de possibilidades sêmicas, são decisivas para nomear um lugar. Constituem condição *sine qua non* para ato de designação dos lugares (topoi) do mundo. (SIQUEIRA, 2011, p. 195).

Ainda em vista de compreendermos a formação do espaço urbano e as motivações implicadas nesse processo, as considerações de Lynch parecem oportunas. Esse autor traz uma reflexão sobre as possibilidades de se pensar a estruturação do espaço das cidades, tendo como pressuposto os itens simbólicos que compõem o que pode ser visto como “cenário”, isto é, como algo que passa a ter intencionalidades e subjetividades correlacionadas, que para ele pode ser físico, vivo ou integrado, capaz de produzir uma imagem que tem um papel social bem denotado, fornecendo matéria-prima para símbolos no objetivo de distinguir a comunicação nos grupos, sendo base para perpetuação de culturas. Para Lynch “Uma paisagem admirável é o esqueleto sobre o qual muitas raças primitivas eregem seus mitos socialmente importantes”.

Compreendendo, portanto, que esse cenário simbólico passa a ser a representação de um coletivo comum, as interfaces introjetadas nessa relação baseiam-se em disputas de poder que passam a ser perpetuadas ao longo da História, sendo muitas vezes naturalizadas. Segundo Lynch, os ambientes têm uma função de reforçar a segurança do indivíduo e também de potencializar suas experiências com esse próprio meio, o que em meio ao caos da cidade moderna pode revelar novos significados, tecendo significados cada vez mais complexos, ou de expressivo entendimento uma vez organizado (LYNCH, 1997, p. 5).

A partir das considerações de Lynch, é possível pensar a cidade como lugar de relações baseadas em relações complexas que envolvem trocas de seus moradores, que passam a se organizarem com contribuições dos mesmos, a partir da articulação entre diversas intencionalidades. Há, assim, no processo de constituição dessas relações, uma intensa disputa para se denotar as imagens, representações e vozes mais relevantes, que por sua vez irão compor uma imagem do coletivo daquela cidade. Cabe ressaltar que, ao direcionarmos nosso olhar para o espaço público, o espaço da cidade, a rua, entendemos haver, ali, uma expressão da diversidade. Nesse sentido, concordamos com Da Matta, o qual afirma que:

Não se trata simplesmente de realizar uma história onde o sujeito são famílias, mas de construir um quadro onde os atores são modos de produção e classes sociais, dentro de uma dinâmica de presentes e ausências de certos elementos institucionais básicos como o Parlamento, a industrialização, a urbanização, o analfabetismo, a ausência de um movimento operário livre etc. (DA MATTA, 1997, p. 18).

Olhar a rua, os espaços públicos é, assim, pensar os espaços nomeados dentro do contexto cidade, e se deparar com um emaranhado de relações que permeiam a construção de

significados ligados a experiências, reconhecimentos e diferenças. A rua se torna um ponto de reconstrução da memória, mas também da diversidade, constituindo-se, assim, como um espaço singular, diferente da casa, que é, por sua vez, um espaço privado.

Ainda assim, retomando Lynch, é preciso considerar que a(s) imagem(ns) coletiva(s) de determinada espacialidade se articulam às e a partir das imagens individuais dos cidadãos e, nesse sentido,

Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de muitas imagens individuais. Ou talvez exista uma série de imagens públicas, cada qual criada por um número significativo de cidadãos. Essas imagens de grupo são necessárias sempre que se espera que um indivíduo atue com sucesso em seu ambiente e coopere com seus concidadãos. Cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente. (LYNCH, 1997, p. 50).

Para se ter um ambiente coletivo, é preciso que as relações preservem a dimensão individual, ao mesmo tempo em que associam a imagem individual a um grupo maior, que representa o coletivo. Esse movimento ocorre sem que necessariamente o indivíduo se dê conta de que participa desse grupo e com ele compartilha uma série de representações.

A intencionalidade, os significados presentes e a complexidade que marcam as relações presentes na cidade – em seu processo histórico, na composição de seus espaços, nas tradições, entre outros – permitem compreender parte da relevância de nossa pesquisa, cuja intenção é identificar as influências da religião no processo de constituição de Jesuítas. Essas envolvem tentativas de dominação de memórias, de forma que se faz necessário um olhar mais crítico sobre a atuação da religião no meio social. Para Bourdieu, entender a origem de uma crença e suas características muitas vezes implica “subtrair o absurdo do arbitrário e do não-motivado”, para isso é necessário buscar a base de sua sustentação (BOURDIEU, 2011, p. 69).

Essa gama de relações complexas que estão contidas no processo de constituição de praticamente todas as cidades torna-se visível a partir de uma análise das relações de poder que a produziram. Nessa dinâmica, podemos compreender que a dimensão religiosa exerce um importante papel no estabelecimento de um sentido de pertencimento, seja na relação com um grupo ou com um espaço.

O sentimento de pertencimento – que em muitos aspectos aproxima-se da discussão acerca da identidade, que discorreremos no capítulo anterior – gera nos habitantes das cidades

defesas e sentimentos próprios em relação ao local e seus espaços de sociabilidade. Por esse motivo, entendemos que a religião, enquanto dimensão cultural, pode ser vista como um eixo importante na composição deste sentimento de pertencimento, na medida em que promove o compartilhamento de símbolos, práticas e crenças entre os indivíduos de um mesmo grupo social – no caso, o município de Jesuítas.

Como pudemos verificar até o momento, a dimensão religiosa constitui-se como elemento relevante na constituição das práticas simbólicas e culturais, expressando não apenas as representações individuais, mas também coletivas. Nesse movimento, faz-se presente no processo de constituição dos grupos sociais e acaba, inclusive, se materializando nos espaços públicos, nos espaços das cidades.

Diante do exposto e tendo em vista a problemática de nossa pesquisa, analisaremos, a seguir, de que forma a religião/religiosidade aparece como um fator influente na constituição histórica do município de Jesuítas, localizado na região oeste do Paraná.

2.2 O município de Jesuítas e a Igreja Católica

O município de Jesuítas está localizado a 600 km da capital do estado, Curitiba. Conta com uma área de 228,5 km², com limitações dos municípios de Formosa do Oeste ao norte, Cafelândia ao sul, Assis Chateaubriand a oeste e Iracema do Oeste ao leste.

Embora sua emancipação tenha ocorrido no ano de 1980, os migrantes oriundos de diferentes regiões do Paraná e do Brasil passaram a se estabelecer na região desde a década de 1960, quando a cidade ainda era distrito do município de Formosa do Oeste. Atualmente, o município conta com uma população de 9.001 habitantes, domiciliados em 3.539 residências, dos quais 6.070 moradores são situados na área urbana e 2.931 moradores na área rural (IBGE, 2010).

Considerando o pertencimento religioso, a população é composta por 7.836 (87,1%) católicos, 863 (9,5%) evangélicos, 141 (1,6%) habitantes sem religião e 161 (1,8%) de outras denominações e pertencimentos (IBGE Cidades, 2010). O município está localizado na Mesorregião Oeste do Paraná, como pode ser visto na Figura 02, abaixo:

Figura 02: Localização do município de Jesuítas no estado do Paraná



Fonte: Disponível em:< https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Municip_Jesuitas.svg>.
Acesso em: 24 out. 2017.

Diante do exposto, tecemos algumas considerações acerca da constituição do município de Jesuítas, partindo para tanto do movimento de colonização do oeste paranaense, da ocupação ocorrida a partir da chamada Marcha para Oeste, política empreendida durante o Governo Vargas, bem como do loteamento de terras pelas colonizadoras até a emancipação política do mesmo.

Durante todo esse processo, desde a colonização da região oeste do Paraná, é possível afirmar que a religião católica se fez presente exercendo influências nas decisões e nos processos de constituição dos espaços e grupos humanos. É fato que isso ocorreu não apenas no contexto paranaense, mas em boa parte do território brasileiro, sendo que, ainda hoje, a Igreja Católica continua atuando e influenciando o espaço público. Como veremos, no processo de ocupação da região oeste paranaense, a instituição religiosa teve destaque com as Missões do Guairá, próximas à região do vale do Piquiri, afluente do rio Paraná, que com a expansão das fronteiras agrícolas passa a influenciar as demais regiões de seu entorno. Durante a expansão das fronteiras agrícolas, a religião passou ainda a disputar seu lugar junto às colonizadoras, com o “auxílio espiritual” aos colonizados (MEZZOMO, 2000; AGUILAR, 2002; CAPELESSO *et al.*, 2010).

O fator religioso no oeste, observado em destaque no município de Jesuítas, está relacionado a uma posição de influência que a religião exerce na compreensão e práticas de seus moradores. Pensando no papel denotado à religião, e retomando alguns dos elementos já discutidos anteriormente, podemos recorrer ao entendimento de Burity, para quem:

A religião é vista como algo inegociável, mas integrativa, produtora de comunidade, trazida em valores vinculantes e promotora de ações sociais, desinteressadas. Em nível conceitual, tal caracterização remonta a uma corrente clássica nas ciências humanas e sociais. Em nível empírico, ela forma parte de uma percepção configurada globalmente por meio da mídia, da academia e do discurso político de Governos e organismo internacionais sobre a publicização religiosa. (BURITY, 2016, p. 32-33).

Assim, é válido ressaltar que, ainda que vivamos em um Estado laico – assegurado desde a primeira Constituição Republicana de 1891 –, é visível a forte influência religiosa tanto na cultura quanto na estrutura dos municípios, isso não apenas no Paraná, mas em diversas localidades do Brasil.

Especificamente quanto ao processo de colonização e ocupação do oeste paranaense, verificamos que, durante o início do século XX, o estado do Paraná ainda contava com um processo tímido de desenvolvimento econômico, sendo encarado como região de sertão pelo próprio Governo paranaense. Após a posse do presidente do Brasil, Getúlio Vargas, na década de 1930, há uma tentativa de garantir o espaço de fronteira, mas também de movimentar a economia brasileira a partir de uma empreitada visando a ocupar regiões ainda não produtivas no Brasil, dentre elas a região oeste do Paraná, movimento que recebeu o nome de Marcha para Oeste¹³.

Inserido nessa discussão, Mezzomo (2000) tece uma análise da situação do oeste do Paraná nesse período, quanto ao investimento estrutural:

Em direção a leste, a localidade mais próxima distava aproximadamente quatrocentos quilômetros que por uma picada tinha-se acesso a Guarapuava; do outro lado setentrional encontrava-se a barreira natural do rio Paraná com Sete Quedas, próxima a cidade de Guaíra, impossibilitando a navegação num espaço de aproximadamente sessenta quilômetros; tanto no sul quanto no norte havia uma densa mata subtropical com poucas vias de acesso. Enfim, as riquezas naturais do território do oeste paranaense, como a erva-mate e a madeira, não estavam disponíveis a exploração brasileira por não haver uma política de ocupação e investimento programado. (MEZZOMO, 2000, p. 17).

Tal realidade levou o Governo Vargas a ceder concessões a Companhias Colonizadoras, as chamadas obragens: “O obragero era o proprietário da obrage, isto é, um empreendimento econômico baseado no latifúndio extrativista e em relações de trabalho de

¹³ “A Marcha para Oeste é resultado da política varguista elaborada principalmente durante o Estado Novo, preocupada em ocupar de fato a fronteira oeste criando o imaginário da Nação em movimento e que, portanto, o sentido da brasilidade consistia em ocupar geográfica e economicamente toda costa oeste do Brasil na qual pertencia inerte” (MEZZOMO, 2000, p. 17).

“servidão” (GREGORY, 2002, p. 89). As obragens eram constituídas, em sua base, pela mão de obra dos mensus¹⁴, e tinham como objetivo a efetiva ocupação de grande parte da região oeste, destacando também a participação do Governo do estado neste movimento. Segundo Piori *et al.*:

Desde a independência política da província do Paraná em 1853, os Governos do Estado tornaram-se responsáveis pela distribuição das terras tidas como devolutas e sempre o fizeram, beneficiando as grandes empresas colonizadoras, numa espécie de troca de benefícios. Os caboclos pioneiros, ou pequenos proprietários, ocupantes e interessados na posse de terras sempre foram deixados para segundo plano. As grandes empresas representavam, acima de tudo, o interesse do capital e detinham prioridade para demarcar e revender as terras. Desde o final do século XIX e início do século XX, o Governo fez enormes concessões a empresas estrangeiras tendo como objetivo a exploração de erva-mate, madeira e a colonização da região Oeste. (PRIORI *et al.*, 2012, p. 79).

A partir desse processo histórico de colonização e ocupação das terras paranaenses, as classes menos favorecidas economicamente foram sendo destituídas de seu direito à terra, relação que se efetivou igualmente com os trabalhadores da obragens, os mensus, o qual se mantinham em uma relação de trabalho semiescravista (PRIORI *et al.*, 2012). Segundo Wachowicz,

O “mensu” era obrigado a fornecer-se no armazém da “obrage” e suas mulheres, ociosas, eram proibidas de plantar qualquer coisa, até mesmo criar galinhas, para aumentar a dependência do “mensu”. Nas “obrages”, esses “mensus” eram explorados ao máximo. Quando manifestavam qualquer descontentamento, passavam a ser tratados a chicote e pistola. (WACHOWICZ, 1988, p. 229).

Em paralelo, é necessário destacar que a empreitada efetivada pelas companhias colonizadoras acabou atendendo a outros propósitos: em lugar de incentivar os brasileiros a povoarem a região oeste do Paraná, essas frentes de colonização da fronteira agrícola acabaram por se apropriar da matéria-prima disponível na região, utilizando-se da força física dos trabalhadores e de extrações ilegais. Nesse sentido, Wachowicz (1988, p. 227) esclarece que: “Esta frente extrativa de erva-mate era pois de capital argentino, mão-de-obra paraguaia e matéria-prima brasileira”, o que, conseqüentemente, atrasou o desenvolvimento

¹⁴ Mensus é uma “designação dada aos indivíduos que se propunham a trabalhar braçalmente numa obragem. O termo equivale-se a peão. O seu trabalho era pago mensalmente, ou pelo menos sua conta era assim movimentada. Etimologicamente, a expressão vem do espanhol, mensual, ou seja, mensalista.” (COLODEL, 1988, p. 53).

da região oeste, impedindo o efetivo povoamento de tal espaço. Myskiw, ao analisar as falas do Tenente Coronel José de Lima Figueiredo¹⁵ em 1937, ao participar de expedições ao oeste paranaense, ressalta a quase inexistência de brasileiros em uma das expedições feitas em 1937 para tentar povoar o extremo oeste, conforme vemos a seguir:

Atravessamos o rio Ocobi, que se deveria grafar ‘Oco-u’, pois oco é um nome de um pássaro raro, aquático e ‘u’, significa água, em guarani. Escolhemos parar na obrage Sete de Setembro, do Senhor Eugenio Caferata, argentino. O senhor Caferata trabalha com 120 homens, sendo 82 paraguaios e 38 argentinos. O único brasileiro existente nesse recanto do nosso Brasil é um soldado de polícia ali destacado, que, aliás, é casado com uma paraguaia e seus filhos falam [...] o guarani. (MYSKIW, 2002, p. 64).

Na tentativa de suprimir o poder das obragens, Vargas as destituiu através de decretos e passou a ter concessões para venda de terras devolutas. Destacam-se, nesse processo, duas iniciativas de povoamento, uma de matriz pública, representada pelo Governo do estado, e a outra privada, conduzida por companhias imobiliárias particulares, com destaque para as colonizadoras: Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda. (Maripá); Pinho e Terras Ltda.; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D’Oeste Ltda.; Colonizadora Norte do Paraná, e, em 1948, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), sobre a qual retomaremos mais adiante, dada a sua vinculação com a região de Jesuítas.

Vale ressaltar que o povoamento da região oeste do Paraná foi marcado não somente pela participação das colonizadoras, conforme apresentamos até aqui, mas também pelas políticas de imigração que eram defendidas pelo Governo federal, além de influências do próprio contexto global, como a Segunda Guerra Mundial e as diversas crises sociais que levaram as pessoas em busca de novos espaços para viver. Assim, podemos compreender que tais fatores – internos e externos – contribuíram de maneira efetiva para um grande fluxo migratório direcionado a essas regiões. Segundo Piori *et al*:

No processo de colonização do Oeste do Paraná, destacou-se a ocupação majoritária por migrantes de origem italiana e alemã, originários dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura foi um fator de motivação para a ocupação da região. Isso ocorreu principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1930-1945), quando ficou evidente que alguns setores do país necessitavam ser ampliados, entre eles, a industrialização, a indústria de

¹⁵ FIGUEIREDO, Lima. Oeste Paranaense. Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional, 1937.

base e a criação de uma fronteira agrícola forte. (PRIORI *et al.*, 2012, p. 83).

Em consequência dessa demanda por imigrantes, a região oeste possui atualmente uma população composta por várias etnias. Todavia, essa ocupação da região não ocorreu de forma pacífica, sendo importante ressaltar a existência de inúmeros conflitos entre as colonizadoras, posseiros, grileiros, jagunços e o Governo do estado na disputa pela posse desses territórios. Assim, ocorreram contestações de posse de terras em algumas regiões do estado, devido a títulos das colonizadoras e do Governo do Paraná, as quais foram alvo de estudo de historiadores como Boritza (1994), Myskiw (2010) e Crestani (2012), entre outros. Tais estudos trazem significativo destaque aos conflitos por ordem de titulação, destacando o período de 1950/1960 como de colonização efetiva da região oeste do Paraná, com conflitos mais significativos durante a gestão do governador Moysés Lupion (1947/1950, 1956/1960), quando se registra a maior quantidade de divergências de titulações.

A liberdade de ação do Governo Estadual dependia da configuração da política federal durante o período e, em particular da influência do PSD (Partido Social Democrático) e seu líder Moysés Lupion, governador do Estado de 1946-50 e 1956-60, e um dos políticos da grande máquina partidária. No seu mandato anterior, ele havia sido um dos pilares da administração Dutra, e continuou influente até 1955. [...] ele próprio havia encabeçado um grupo econômico com importantes interesses no oeste, entre os quais encontrava-se nada menos do que títulos em Missões e parte de Chopim. [...] Lupion não vacilaria em deixar a CITLA¹⁶ iniciar maciças e violentas operações de “colonização” em suas terras no oeste do Estado, criando imediatamente uma vasta inquietação social. (FOWERAKER, 1981 *apud* CRESTANI, 2012, p. 99).

Todavia, vale ressaltar que esses investimentos feitos pelo Governo federal e implementados pelo Governo estadual não mexeram na estrutura dos antigos latifúndios paranaenses, ou seja, “o que o Governo Vargas fez foi incentivar a ocupação e colonização de novas fronteiras agrícolas a oeste do Brasil mantendo o latifundiário intocado” (MYSKIW, 2002, p. 47), não efetivando uma reforma agrária, e sim uma ocupação. Ainda assim, a tentativa de ocupação passa a receber a nomenclatura de “Reforma agrária”, tomada como pauta de alguns Governos, já que a insatisfação rural crescia fortemente durante as décadas de 1950 e 1960.

¹⁶ CITLA compreende a Clevelândia, Industrial e Território Ltda., que passou a deter a posse de terras da Gleba de Missões e Chopim a partir de 1950, devido a um caso de concessão de posse repassado por José Rupp. (PRIORI *et al.*, 2012, p. 144-150).

Nesse contexto de desenvolvimento e ocupação da região oeste, destaca-se a construção da cidade de Jesuítas, datada a partir de março de 1960, na comarca de Cascavel (PR). Derivou-se como parte de um loteamento denominado “Gleba Rio Verde”, renomeado de Progresso pela Colonizadora Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda. (SINOP).

A década de 1950 foi marcada pelo intenso processo de imigração, impulsionado pelas políticas públicas nacionais de incentivo à imigração, as quais acabaram atraindo para as terras brasileiras famílias de diferentes países do mundo, em especial da Europa. Nesse período, houve igualmente um intenso movimento de migração no interior do Brasil, de modo que populações de diferentes localidades vieram a ocupar o interior paranaense. Assim, podemos dizer que nesse período foi intensificado o povoamento do oeste do Paraná e nesse contexto a formação de cidade e seus distritos, situação na qual Jesuítas ainda se encontrava, chegando a essa região agricultores de diferentes locais do Brasil e do exterior, atraídos pela oferta de terras e possibilidade de melhoria de vida.

Esses agricultores passaram a ocupar muitas dessas terras que, até então, ainda permaneciam como mata fechada, como confirmam os dados do IBGE:

No início da colonização do oeste paranaense toda a vasta região que vai de Foz do Iguaçu à fronteira da Santa Catarina e aos limites do atual município de Palmas, até há bem pouco tempo, era sertão, desconhecido e inexplorado, do qual fazia parte o território que atualmente integra o município de Jesuítas. (IBGE, 2016).

Para se vender essas terras, foi organizado um projeto através do colonizador Enio Pepino, que disponibilizava lotes rurais e urbanos para pagamento em longo prazo, de onde se derivou a área chamada de Jesuítas.

Os primeiros moradores de Jesuítas, em sua maioria, eram migrantes paulistas, mineiros, nordestinos e catarinenses. Mais tarde, passaram também a ocupar a região imigrantes de origem italiana, espanhola, portuguesa, japonesa e outras em menores quantidades. Os moradores se dedicavam ao plantio de café, de hortelã e exploração de madeiras (cedro, peroba, canela entre outras), desenvolvendo então as áreas rurais. Em linha paralela, também se desenvolviam as áreas urbanas, através de construções de escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais, primeiros sinais de cidade.

A influência da religião católica em Jesuítas se faz visível em diferentes elementos. O primeiro a ser mencionado é o próprio nome do município, “Jesuítas”, o qual, de acordo com informações do IBGE, foi atribuído como:

Homenagem aos padres jesuítas espanhóis, que a partir do final do século XVI, iniciaram épico trabalho de catequização em mais de cem mil índios, em terras hoje paranaenses. Destacaram-se nestas ações os padres Simão Mazzeta, Montoya e Justo Mansilia van Surck. Os jesuítas eram membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola (1491-1556). (IBGE, 2016).

Segundo o livro “50 anos de evangelização”, que apresenta elementos sobre o município de Jesuítas e que foi organizado pela Paróquia Santo Inácio de Loyola (2016), o nome da cidade foi concedido em virtude da fé dos colonizadores nos padres jesuítas, o que acabou por acarretar também a denominação das ruas, avenidas e bairros da cidade com os nomes dos padres da “Companhia de Jesus”, bem como de figuras consagrados da Igreja Católica (PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, 2016, p. 13)¹⁷. A propósito, foi também em função da fé expressa pelos fundadores que se deu a escolha do Santo padroeiro, Santo Inácio de Loyola, que é consagrado na Igreja Católica como “soldado de Cristo”:

O homem, diante da circunstância de sua vida e também da sociedade na qual está inserido, reage de diferentes formas diante das dificuldades que se apresentam. Assim, Santo Inácio de Loyola, em um monumento de muito sofrimento, de recuperação de um ferimento a bala, se dedica a leitura da vida de Jesus Cristo e da vida dos santos. Os sentimentos advindos com essa leitura provocam a sua conversão a ele se torna um dos grandes “soldados de Cristo” na luta de consolidação do catolicismo no mundo. (PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, 2016, p. 27).

Nesse sentido, através de sua história de sofrimento e superação, essa figura teria gerado admiração nos primeiros habitantes responsáveis pela constituição de Jesuítas, que assim o indicaram como padroeiro do município.

No que diz respeito à constituição história da Igreja Católica no município de Jesuítas, materializada na própria história da Paróquia Santo Inácio de Loyola, hoje pertencente à Diocese de Toledo, cabem alguns destaques. A Paróquia congrega o município de Jesuítas – que consiste na Matriz Santo Inácio de Loyola, na região central, e mais quinze capelas: Capela São Paulo, Capela São Valentim, Capela São João Batista Capela Nossa Senhora Aparecida, Capela Santa Luzia, Capela Nossa Senhora Medianeira, Capela São Pedro, Capela São José, Capela São Luiz, Capela Nossa Senhora de Fátima, Capela Santa Cruz – e, ainda, o município de Iracema do Oeste, além de duas capelas de Formosa do Oeste, sendo elas Santos Anjos e Santa Isabel. A primeira missa realizada em Jesuítas data

¹⁷ A citação foi retirada do livro comemorativo lançado pela Paróquia Santo Inácio de Loyola de Jesuítas (PR) em alusão aos 50 anos de evangelização.

de vinte e seis de março de 1962, tendo ocorrido no local onde atualmente se localiza o ginásio de esportes do município. Em onze de fevereiro de 1962, tem-se registro da primeira ata¹⁸ para a construção da Igreja do município, com sua finalização em vinte e dois de outubro de 1964 (Figura 3).

Figura 03: Inauguração da Igreja Matriz em Jesuítas



Fonte: Foto das Estrelas (Jesuítas)

Durante a década de 1960, houve diversos movimentos que buscavam a expansão da fé católica na região, dentre os quais é possível mencionar o Movimento dos Marianos, Apostolado da Oração e dos Filhos de Maria. Em paralelo, ocorreu o fortalecimento das pastorais que ainda hoje exercem suas funções, entre elas a da família, catequese, liturgia, adolescentes e crianças, entre outras; tendo como influência a Congregação Consolata, representada pelos padres Dante Possamai, Felipe Sierra Ruiz, Sabino Mariga, Eugênio Possamai, Franco Alberti, Onorato Dampré, Nelson Sinigaglia e Thiago Menna. Tais padres atuavam nas comunidades, além também dos momentos de oração de terços, novenas e estudos bíblicos, que buscavam maior interação entre a Igreja e a comunidade.

Já nos anos 1970, a Paróquia, por meio de um pedido ao então Bispo Dom Armando Círio, recebe autorização para a construção da nova sede da Matriz Santo Inácio de Loyola, onde permanece até a atualidade, em área central do município (PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, 2016).

¹⁸ A referida ata consta no Livro “50 anos de evangelização” lançado pela Paróquia Santo Inácio de Loyola. (2018, p. 18).

Jesuítas se tornou Distrito Judiciário a partir de 31 de dezembro de 1962. Desde então, direcionou ações para emancipação política do município, que se deu no início dos anos de 1980:

Em 31 de dezembro de 1962, pela Lei n. 4.668, foi criado o Distrito Judiciário no município de Formosa do Oeste. Pela Lei n. 7.304, de 13 de maio de 1980, foi criado o município de Jesuítas, com território desmembrado do município de Formosa do Oeste, e instalado a 1º de fevereiro de 1983. (IBGE, 2016).

Sendo assim, devido a fatores de sua colonização e a forte influência da Igreja Católica nesse processo, o município – em sua estrutura, tradições e práticas – traz evidências das marcas religiosas, presentes ainda hoje nas memórias e nas identidades dos moradores.

Nesse sentido, verificamos que alguns exemplos dessa influência podem ser demonstrados: nos nomes de ruas e bairros que fazem referência a figuras da Igreja Católica; no nome da escola municipal que homenageia um dos párocos da comunidade, Felipe Sierra Ruis, o qual denomina igualmente a rodovia que liga o município de Jesuítas à cidade de Assis Chateaubriand; nos nomes atribuídos à única funerária, ao hospital e ao ginásio de esportes do município – São Jorge, Santa Rita e São Silvestre, respectivamente – e também na presença do Colégio Nazaré, instituição educacional particular e de matriz confessional.

Ainda acerca do Colégio Nazaré, destacamos que sua fundação se deu pela Congregação Missionária Filhas da Sagrada Família de Nazaré, em vinte e dois de março de 1982. Congregação fundada pelo Padre José Manyanet, em 1874, na Espanha, contou com a participação da Madre Maria Encarnação Colomina y Agustí para a sua difusão. Contando com colégios no Brasil, Paraguai, Argentina, Colômbia, Venezuela, Espanha e em países da África, a Congregação oferta, por meio do Colégio Nazaré, a Educação Infantil e também os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, tendo como proposta a educação baseada na Sagrada Família de Nazaré¹⁹. Em Jesuítas, a instituição atende a um público com maior poder aquisitivo, visto que é um colégio particular. Entretanto, atende as famílias não somente do município de Jesuítas, mas também de Formosa e Iracema do Oeste, cidades vizinhas, possuindo aproximadamente 200 estudantes. O estabelecimento de um colégio confessional católico no município – considerando, sobretudo, o público ao qual se destina, isto é, as

¹⁹ Informações do sítio eletrônico do Colégio Nazaré, disponível em: <<https://www.escolanazarejesuitas.com>>. Acesso em: 22 out. 2017.

famílias com maior poder aquisitivo – expressa, assim, a importância e influência que a referida Igreja exerce e representa na região.

A influência da religião católica também se destaca nos principais eventos festivos de Jesuítas. A comemoração do aniversário do município, por exemplo, é tradicionalmente realizada por um baile que acontece no pavilhão de festas da igreja, com almoço no domingo ofertado a toda a comunidade, contando com a presença tanto dos representantes religiosos quanto dos políticos (prefeito, vereadores e deputados estaduais). A festa do Padroeiro Santo Inácio de Loyola é também comemorada de forma semelhante. A formatura dos estudantes do Ensino Médio – oriundos inclusive da Escola Estadual Humberto de Castelo Branco – é também realizada no Pavilhão da Paróquia, contando com missa e baile. A propósito, a prática de utilização do Pavilhão de Festas da Paróquia em eventos políticos e comerciais é bastante recorrente, evidenciando que, de um modo direto ou indireto, a Igreja faz parte da realização e das negociações das forças do município. Há, ainda, as festas tradicionais nas capelas que compõem a Paróquia, com baile e almoço, que acabam por envolver a maioria dos moradores da cidade. Por fim, alguns grupos do município também trazem em sua constituição o traço religioso, como é o caso de uma das bandas antigas do município, denominada “Santa Ana”.

CAPÍTULO 3

OS CAMINHOS DA FÉ EM JESUÍTAS: UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO

Tendo em vista o processo de constituição das cidades, podemos dizer que muitos detalhes passam despercebidos por parte dos indivíduos que a compõem, seja do ponto de vista de sua História, seja das práticas cotidianas. Como consequência do grande fluxo moderno, os lugares estão em constante mudança, sejam elas rápidas ou mais delongadas. Dessa forma, tendo como perspectiva histórica a análise das mudanças e permanências no tempo e no espaço, um dos elementos que chama a atenção é que algumas características, mesmo com o passar do tempo, não desaparecem completamente, ainda que em alguns casos mudem de configuração e ressignificação.

Considerando a religião como parte dessa análise, podemos verificar que o município de Jesuítas traz, não apenas em seu processo de constituição histórica, mas também em suas tradições e práticas, muito da influência dos elementos religiosos, como pudemos verificar já no capítulo anterior. A Igreja Católica, assim, exerce ainda grande influência, seja na organização e funcionamento da própria instituição no município – materializada na atuação da Paróquia Santo Inácio de Loyola, festas e símbolos religiosos –, seja na política, no comércio, nos espaços da cidade, nas escolas, entre outros, o que evidencia sua permanência pública e visibilidade social ao longo do tempo. É em vista das considerações tecidas que buscamos, com a presente investigação e intervenção pedagógica, levar os estudantes do Ensino Médio à reflexão acerca das influências da religião na constituição das identidades e memórias dos moradores de Jesuítas e, dessa forma, dar ênfase à posição dos mesmos como sujeitos históricos.

Diante do exposto, este capítulo está voltado para a apresentação e análise das atividades pedagógicas, com foco para os conteúdos da disciplina de História, que se constitui como base para o componente curricular “Cultura e Patrimônio”. As atividades analisadas foram desenvolvidas junto aos estudantes do Ensino Médio ao longo do ano de 2017 e início de 2018. Tendo em vista os objetivos de nossa investigação, bem como as demandas e características da turma com a qual trabalhamos, foi elaborada uma sequência didática para ser desenvolvida junto aos estudantes, que se constituísse como base para a pesquisa realizada e elaboração do produto final do trabalho: um portfólio elaborado coletivamente pelos

estudantes e docente, no qual se registra cada etapa das atividades e reflexões desenvolvidas na sequência didática.

Quanto aos estudantes participantes, esses correspondem a um total de 50 alunos que iniciaram no Ensino em Tempo Integral, distribuídos em duas turmas (A e B) de primeiros anos do Ensino Médio. Tal grupo foi escolhido para a realização da pesquisa levando em consideração a idade e maturidade dos estudantes, com vistas à compreensão dos conteúdos e objetivos previstos, inseridos inclusive na proposta de implantação do Ensino Médio Integral do estado do Paraná. Tendo em vista que se trata de duas turmas, cabe ressaltar que as atividades aqui relatadas foram desenvolvidas com cada um dos grupos de 1º ano.

O colégio no qual realizamos a investigação fez a opção pelo Ensino Integral por ser uma dentre as quatro²⁰ escolas no estado que contempla essa modalidade de ensino, que abrange tanto os anos finais do Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio, com implantação gradativa a partir dos 6º anos do Ensino Fundamental e 1º anos do Ensino Médio. O modelo em questão conta com um total de nove horas diárias de estudo, versando sobre as diferentes disciplinas, divididos em dois turnos, sendo o período matutino composto por cinco aulas de cinquenta minutos, com intervalo de uma hora para o almoço – feito na própria unidade de ensino – e o período vespertino contando com mais quatro aulas, compondo o chamado turno único de ensino.

Quadro 01: Matriz Curricular e carga horária das disciplinas do Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano

Currículo	Ensino Fundamental	6º ano	7º ano	8º ano	9ºano
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Disciplinas	Qtd. aulas	Qtd. aulas	Qtd. Aulas	Qtd. aulas
	Artes	3	3	3	3
	Ciências	3	3	4	4
	Educação Física	3	3	3	3
	Ensino Religioso	1	1		
	Geografia	3	3	3	3
	História				
	Língua Portuguesa	6	6	6	6
	Matemática	6	6	6	6
	Total:	28	28	28	28
Parte Diversificada (PD)	Aprofundamento esportivo	2	2	2	2

²⁰ Os colégios no estado do Paraná que ofertam as duas modalidades de ensino (fundamental e médio) são: Colégio Estadual Professor Elenir Linke, no município de Cantagalo; Colégio Estadual Homero B. de Barros, no município de Curitiba; Colégio Estadual Humberto de Alencar C. Branco, no município de Jesuítas; Colégio Estadual Dario Vellozo, no município de Londrina. Fonte: Site SEED. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6871>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

	Atividades experimentais	2	2		3
	Componente Curricular	3	3	3	3
	Dinâmica climática			3	2
	L.E.M Inglês	3	3	3	3
	Laboratório de matemática	2		2	2
	Leitura e Inf. Em língua espanhol	2	2	2	2
	Literatura infanto juvenil	3	3		
	Narrativas Históricas e audiovisuais		2	2	
Total		17	17	17	17

Fonte: A autora (2018).

Quadro 02: Matriz Curricular do Ensino Médio: 1º ao 3º ano

Currículo	Ensino Médio	1º ano	2º ano	3º ano
	Disciplinas	Qtd. Aulas	Qtd. Aulas	Qtd. aulas
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Arte	3	3	3
	Biologia	3	3	3
	Educação Física	3	3	3
	Filosofia	2	2	2
	Física	3	3	3
	Geografia	2	2	2
	História	2	2	2
	Língua Portuguesa	6	6	6
	Matemática	6	6	6
	Química	3	3	3
	Sociologia	2	2	2
	Total	35	35	35
Parte Diversificada (PD)	Componente Curricular	2	2	2
	L.E.M Espanhol	2	2	2
	L.E.M Inglês	2	2	2
	Mundo do Trabalho	2	2	2
	Protagonismo Juvenil	2	2	2
Total		45	45	45

Fonte: A autora (2018).

As atividades realizadas foram vinculadas à disciplina Cultura e Patrimônio²¹, que em sua ementa propõe discutir e elaborar ações de preservação de manifestações e expressões

²¹ Definição retirada da Proposta Pedagógica Curricular da Disciplina do Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco, Jesuítas. Na estrutura de ensino da proposta de tempo integral, há uma disciplina expressa no quadro

produzidas e desenvolvidas pelas sociedades acumuladas historicamente, por meio de conceitos de patrimônio material e imaterial, identidade cultural, lugares de memória, monumentos e paisagens naturais, objetos, tais como imagens, monumentos, símbolos entre outros de natureza física, celebrações e formas de expressão e saberes populares. Desse modo, suas características e objetivos justificam e possibilitam a inserção das discussões da presente pesquisa, bem como o desenvolvimento das atividades junto aos estudantes.

Assim, como já mencionado, a sequência didática planejada para a realização desta pesquisa foi vinculada à disciplina Cultura e Patrimônio, que em sua ementa prevê a vinculação à disciplina de História. As atividades que serão relatadas a seguir foram divididas em trimestres, obedecendo à organização pedagógica da própria instituição de ensino, o Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco. A mesma organização está presente no portfólio apresentado em conjunto com a presente dissertação, o qual expressa, a partir de materiais produzidos pelos próprios estudantes, os conteúdos e aprendizagens desenvolvidos ao longo da prática.

3.1 Tematizando os conceitos de cultura e patrimônio: Fevereiro a Maio de 2017

Após uma breve explanação sobre o Ensino em Tempo Integral, vale destacar algumas dificuldades encontradas, não somente pelo corpo docente, como pela comunidade escolar: a ausência de uma rotina de estudos por parte dos educandos e a frequente inserção dos estudantes em atividades diurnas fora da escola, o que compromete o desenvolvimento de outras atividades realizadas junto aos familiares. Essa realidade, a princípio, ocasionou uma resistência, tanto por parte dos estudantes quanto dos pais, de forma que é possível dizer que a comunidade escolar ainda se encontra em processo de adaptação ao novo modelo.

De todo modo, desde o início, a proposta do colégio era do trabalho com atividades diversificadas, o que de certa forma acabou por favorecer a realização da presente pesquisa, tendo em vista que buscamos, a todo o momento, priorizar o aprendizado por meio de diferentes metodologias e fontes de pesquisa, não abandonando o rigor da análise documental

referente ao Ensino Médio, que leva o nome de “Componente Curricular”. Esta disciplina é eletiva nos três anos do Ensino Médio, não podendo se repetir na mesma série. Dentre as disciplinas disponíveis eletivas escolhidas pela SEED, não abrindo possibilidade à escola para a elaboração de outras. A disciplinas possuem somente a ementa, ficando a cargo do professor elaborar a proposta curricular e o plano de trabalho docente, o que ocorreu sem material e subsídio para a formulação das mesmas. Para a escolha de disciplinas enviadas pela SEED, havia as seguintes opções: Cultura e Patrimônio; Educação Científica e Cidadania; Comunicação; Cultura digital e uso de mídias; Percepções teatrais no ambiente escolar. O Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco optou pela disciplina de Cultura e Patrimônio, com duas aulas semanais, a qual pode ser ministrada por professores de História e Geografia, conforme regulamenta a Resolução n. 15/2017-GS/SEED.

para conferir-lhe confiabilidade, o que implica na busca de outras possibilidades de ensino e aprendizagem.

A esse respeito, as Diretrizes Curriculares do Paraná para o ensino de História (PARANÁ, 2008) recomendam a diversidade de metodologia no ensino da disciplina, em busca de um processo de ensino e aprendizagem que vise uma formação emancipadora e que permita aos estudantes compreenderem-se como sujeitos históricos. Como vimos no primeiro capítulo de nossa dissertação, uma das propostas das novas perspectivas no ensino de História é justamente a utilização de diversas fontes históricas como recurso didático, possibilitando o processo de interpretação e análise dos documentos, bem como o desenvolvimento da consciência histórica por parte dos estudantes (ABUD; SILVA; ALVES, 2010; KARNAL, 2008).

Dadas as considerações apresentadas, ressaltamos que o período inicial de trabalho, fevereiro a maio de 2017 – o que corresponde ao primeiro trimestre –, compreendeu a alguns diálogos com os estudantes a respeito da ementa da disciplina e seu objetivo. Na sequência, iniciou-se as discussões acerca dos conceitos de cultura e patrimônio. A esse respeito, os estudantes expressaram suas ideias, que foram anotadas no quadro para debates. Os mesmos tinham uma ideia de patrimônio similar aos conceitos já divulgados amplamente pela mídia, como o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, as Igrejas antigas de Minas Gerais, as obras de arte clássicas, como esculturas e pinturas. No entanto, os estudantes não percebiam nenhum patrimônio histórico existente no meio em que convivem, isto é, no próprio município de Jesuítas. Ademais, a compreensão de patrimônio ficava muito mais vinculada à ideia de patrimônio material – dos prédios e edificações – ficando de fora outras expressões que envolvem crenças e práticas culturais.

A esse respeito, dialogamos com a proposta de Educação Patrimonial, vista como instrumento de “alfabetização cultural”, cuja metodologia pode ser empreendida a partir de:

Qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Ainda, devemos considerar que tais aspectos culturais dos patrimônios representam as memórias das pessoas que ali conviveram e passaram a ser identificadas pelas mesmas, sendo

que muitas vezes tais sujeitos não participaram dos primeiros acontecimentos, mas trazem consigo uma bagagem “tomado de empréstimo” (HALBWACHS, 2015, p. 72). Ainda para Halbwachs:

Esses acontecimentos deixam um traço profundo, não apenas porque as instituições foram modificadas por eles, mas porque sua tradição subsiste muito viva nessa ou naquela região ou grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo nessa família entre certas pessoas que conheceram pessoas que testemunharam. Para mim, são noções, símbolos; estão representados sob uma forma mais ou menos popular – posso imaginá-los, é quase impossível lembrar-me deles. (HALBWACHS, 2015, p. 73).

Prosseguindo na análise da prática realizada com os estudantes, elaboramos em seguida uma aula expositiva, buscando discutir as obras de Santos (1987) – “O que é cultura” –, de Geertz – “A interpretação das culturas” – e de Lemos (1981) – “O que é patrimônio histórico?” –, nas quais sintetizamos as principais ideias e discutimos com os educandos, por meio de exemplos que os mesmos foram levantando, tais como: danças como samba, o estilo gauchesco – que é algo comum nessa região –, o sertanejo, rodas de violão, além de monumentos divulgados pela mídia (Cataratas do Iguaçu, Cristo Redentor, Coliseu, casas da época da colonização brasileira, entre outros). Tais discussões tiveram como intuito enfatizar a relação entre cultura e patrimônio, buscando levar os estudantes a perceber a relação entre sujeito histórico e produção cultural para que determinado elemento se torne patrimônio.

Subsequente à aula expositiva e à discussão, e com vistas a avaliarmos a aprendizagem dos conceitos, os educandos escreveram pequenos resumos sobre o que haviam entendido a respeito da aula, apresentando-os à turma. Essa atividade gerou novas reflexões sobre pontos que nem todos haviam problematizado. Abaixo alguns relatos de dois alunos dos 1º anos:

Cultura é tudo aquilo que é produzido pela humanidade. Todos nos somos sujeitos históricos e produzimos cultura, que com o passar do tempo e os interesses envolvidos passam a ser patrimônio (Alex, 1º A)²².

Estamos cercados de patrimônios uns com mais fama outros menos, esses patrimônios antes de receberem este nome eram manifestações de vida de alguns grupos e podem ser passados de geração para geração, e pode vir a se tornar patrimônio contando parte da história de um lugar” (Fernanda, 1º B).

²² Todos os nomes dos estudantes citados são fictícios, para preservar a identidade dos participantes.

Como podemos verificar, os relatos dos estudantes expressam aprendizagens e compreensões que evidenciam as relações entre patrimônio e cultura, enfatizando que tais elementos são resultados da ação dos sujeitos históricos. Essas ideias são coerentes com as propostas de Freire (1996), que ressalta a necessidade de o professor apresentar subsídios para o educando refletir de forma crítica e assumir a identidade cultural, que seria o “pensar certo” no ato de constante construção de ideias.

Nesse contexto, o professor deve auxiliar o educando a repensar sobre elementos da sua própria realidade, antes inquestionados e vistos de forma naturalizada. Nessa dinâmica, o estudante pode perceber os processos históricos e culturais implicados na construção da realidade social, e assim ter consciência dos elementos que influenciam a construção de suas identidades. Conforme Horta, Grunberg e Monteiro:

O Brasil é um país pluricultural que deve esta característica ao conjunto de etnias que o formaram e a extensão do seu territoriais. Estas diversidades culturais regionais, contribuem para a formação de identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo, e permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele. (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 5).

Após uma primeira aproximação com o conceito de patrimônio e cultura, indagamos os estudantes sobre os diferentes tipos de patrimônio, o que deu origem a uma pesquisa realizada em pequenos grupos, cuja temática proposta foi patrimônio material e imaterial, tendo como base o site do IPHAN²³. Os resultados da pesquisa foram apresentados pelos grupos à turma e, como forma de sistematização das ideias, os estudantes preencheram um quadro identificando diferentes patrimônios materiais e imateriais (canções sertanejas, escola, praças, etc.), com o objetivo de classificá-los. Para finalizar, foi elaborado um breve levantamento dos patrimônios materiais e imateriais dentro do município de Jesuítas e quanto desses estariam ligados à religião.

²³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Quadro 03: Patrimônios de Jesuítas, a partir da identificação pelos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa. Trabalho de campo realizado com os alunos (a ser relatado posteriormente) e fotos de domínio público: Câmara de vereadores Jesuítas, Praça do Centro de Convivência Moacir Michelleto, Estádio Municipal José Ermelindo Ranucci, Igreja Matriz Santo Inácio de Loyola, Terminal Rodoviário de Jesuítas Fidelis Weiller, Prefeitura Municipal de Jesuítas, Feira do produtor e Praça da Igreja Matriz Santo Inácio de Loyola.

Alguns desses patrimônios locais ainda não reconhecidos oficialmente: o Ginásio de esportes, as principais praças do município, a rodoviária, a Câmara Municipal, a igreja matriz, a prefeitura, funerária, a creche, a biblioteca municipal, departamento de educação e centro de múltiplo uso, sendo que esses quatro últimos estão localizados na mesma praça. A própria religião católica foi identificada como sendo patrimônio imaterial, tendo em vista que a mesma teve e têm uma forte presença no cotidiano dos moradores de Jesuítas.

Com base nas discussões prévias sobre patrimônio material e imaterial, foi realizado um levantamento com os estudantes, com o objetivo do reconhecimento, por parte dos educandos, do meio no qual eles convivem, na busca de fazê-los perceber as construções que os cercam e como as mesmas, com o passar do tempo, muitas vezes se tornam patrimônios. A atividade de levantamento tem como base o reconhecimento do educando em seu meio social, para que o mesmo possa indagar sua realidade e assim conceber novas possibilidades.

Ao se tentar perceber a associação entre bens culturais e vida cotidiana, Brandão afirma que:

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia. (BRANDÃO *apud* FLORÊNCIO, 2012, p. 23).

Dessa forma, acreditamos que tal atividade contribuiu para que os estudantes pudessem compreender de forma mais aprofundada os espaços do município, bem como patrimônios materiais e imateriais que o constituem, entendendo tais elementos como resultado de processos históricos – e que, portanto, não estiveram sempre lá e daquela maneira, mas foram social e historicamente construídos. Segundo Napolitano (2010, p. 73), ter acesso à cultura por meio de conhecimento da realidade local em que os educandos estão inseridos tem três objetivos: “O reforço da autoestima dos alunos; o fortalecimento das identidades sociais; e a ampliação dos repertórios culturais”. Desse modo, esse conhecimento pode propiciar aos estudantes uma maior reflexão acerca do meio no qual eles estão inseridos e constituem suas identidades.

Uma outra atividade desenvolvida, ainda dentro da temática dos bens culturais tratou de discutir como um bem cultural é protegido, bem como quais os órgãos e legislação que embasa esta proteção. Para tanto, os educandos foram encaminhados ao laboratório de informática onde navegaram no site do IPHAN, com vistas a conhecer os diferentes patrimônios do Brasil, quais as características levadas em consideração para o tombamento, entre outros elementos. Após a navegação, organizaram uma breve explicação para suas salas acerca da importância desse órgão e o conteúdo do site, além de destacar o que acharam mais interessante.

Durante o desenvolvimento desse trimestre, os alunos, de forma geral, mostraram-se bem envolvidos com as atividades propostas. Em muitos momentos, foram levados a organizar as ideias e conceitos por meio de apresentações a toda a turma, o que contribuiu também para uma melhor desenvoltura de fala e de postura. Os educandos relataram por diversas vezes que nunca haviam feito esse tipo de atividade anteriormente. Dessa forma pudemos observar uma grande dificuldade em relação à realização das pesquisas, visto que os

educandos não possuem uma prática de pesquisa científica, o que exigiu uma maior atenção por parte do professor durante as elaborações das investigações e apresentações.

A esse respeito, cabem as considerações dadas pelas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná:

As relações humanas determinam os limites e as possibilidades das ações dos sujeitos de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para escolhas e projetos de futuro. A investigação histórica voltada para descoberta das relações humanas busca compreender e interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações. (PARANÁ, 2008, p. 46).

Desse modo, acreditamos que a investigação por parte dos educandos pode visar a transformação de seu meio social, para que possam ser evidenciados os problemas a serem enfrentados, através da compreensão do processo investigativo da realidade dos educandos e seu papel como cidadão crítico e transformador de seu meio.

3.2 Discutindo conceitos de memória e identidade: Maio a Junho 2017

Com uma base acerca dos conceitos de cultura e patrimônio, os meses de maio a junho de 2017 foram dedicados à aproximação e problematização dos conceitos de memória e identidade.

Na aula inicial do segundo trimestre, os estudantes foram indagados sobre o pensavam quando se falava em memória e identidade. Como procedimento didático, dividimos o quadro em duas partes, uma referente à memória e outra à identidade e fomos anotando as ideias que os educandos elencavam. Quando eles mencionavam memória, em geral se referiam a elementos que lembravam após um tempo e capacidade de decorar. Boa parte dos educandos associava-a a momentos que marcaram suas vidas. Já no tocante à identidade, a maioria das respostas se ateve ao registro de nascimento, o próprio Registro Geral, popular RG, como se apresentavam para outra pessoa.

Após essa atividade inicial, de compreensão dos conhecimentos prévios dos estudantes, pudemos debater um pouco acerca de cada item dos elencados, tentando relacioná-los a compreensões mais conceituais. Questionamos os estudantes sobre o porquê lembramos de algo, como lembramos, a importância que essas memórias possuem, se elas exercem alguma influência na maneira como eles se comportam hoje e se isso demonstra uma forma de representação no meio em que eles vivem. Com essa explanação, demos início a

uma aula expositiva contendo as principais ideias sobre os conceitos de memória e identidade, com base em autores como Castells (1999), Woodward (2000), Hall (2003) e Bauman (2007).

A partir dessa explicação e decorrente discussão, foi levantado o questionamento acerca da formação das memórias individuais e coletivas e se as mesmas possuíam alguma relação com a identidade que passamos a representar. Nesse momento, os estudantes relataram algumas memórias que possuíam do seu primeiro grupo social, a família. Depois, sobre a convivência na escola e em experiências de formação religiosa, como a catequese.

Com isso, perceberam que esses educandos possuem costumes diferentes entre si, decorrentes da relação com esses grupos. No tocante as temáticas que vêm tomando maior notabilidade e sendo alvo de diversas discussões e polêmicas – como o homossexualismo, feminismo, racismo, entre outros –, perceberam que suas posturas são, muitas vezes, moldadas pela vivência que possuem nesses grupos, as quais passam a ser referência para seu comportamento. Nesse momento, colocamos a questão da religiosidade no município de Jesuítas, como um ponto que, de certa forma, ainda se apresenta como um padrão norteador para as atitudes de seus munícipes.

Vale retomar, a essa altura, a força da dimensão religiosa como elemento gerador de sentido, produtor de comunidade e, portanto, constitutivo da cultura, conforme discutimos anteriormente no segundo capítulo de nossa dissertação (GEERTZ, 1989; BURITY, 2016). Desse modo, a reflexão teve como objetivo possibilitar aos estudantes compreender que determinadas práticas, valores e atitudes estão em muitos casos relacionadas à perpetuação de crenças religiosas, e são muitas vezes constitutivos das identidades, sendo naturalizados em nosso cotidiano, inclusive porque, segundo Silva:

Apesar de sua extrema variedade, os fenômenos religiosos aparecem como um tipo característico de esforço criador em diferentes sociedades e condições que procurando colocar ao alcance da ação e compreensão humanas tudo o que é incontrolável, sem sentido, conferindo valor e significado para a existência das coisas e seres. (SILVA, 2010, p. 207).

Prosseguindo, por meio de exemplos de patrimônios que temos na atualidade – retomando as discussões que já haviam sido feitas anteriormente –, os estudantes foram levados a uma reflexão sobre as relações que desenvolvem para algo se tornar memória e que, ao se dar voz a uma memória, há outras que ficam relegadas ao silenciamento. Durante essas reflexões, alguns dos alunos contaram um pouco da história de seus familiares que haviam participado de eventos históricos regionais, como a emancipação política do município, mas que não aparecem nas memórias concebidas como oficiais. Um fato que demanda atenção é

que, quando se pergunta aos educandos sobre as festas do município, os mesmos sempre se recordam das festas da Igreja Católica, relembram de fatos associados a celebrações ou eventos religiosos, como se fosse uma lembrança única. Ainda nos relatos dos estudantes, há aqueles que se lembram que os pais se conheceram em meio às festas realizadas pela igreja, ou mesmo nas missas, e que hoje tentam inserir os filhos na mesma trajetória/crença religiosa. Em outros momentos, os estudantes destacaram também a presença de outras religiões no município, que inclusive possuem participação relevante em alguns dos eventos oficiais, mas que acabam ficando em segundo plano, já que o maior destaque é dado, em geral, à Igreja Católica.

A respeito de tais discussões promovidas em sala de aula, é válido ressaltar a importância de uma abordagem em História – tanto no ensino quanto nas produções historiográficas – que permita ir além da história oficial, dando espaço e protagonismo também para os grupos excluídos e as minorias. É nesse sentido que a perspectiva da história vista de baixo, que já mencionamos anteriormente, possibilita a ampliação da perspectiva histórica trazendo, inclusive, a necessidade de utilização de novas fontes (BURKE, 1992; MARTINS, 2007). Acreditamos que tal movimento, no processo de ensino e aprendizagem da disciplina, contribui para que os diferentes grupos sociais se vejam como sujeitos da História, permitindo aos estudantes compreender o protagonismo de cada um nos processos sociais e históricos.

Tendo em vista as compreensões apresentadas pelos educandos, a análise de como se constituem e reproduzem suas origens acaba se evidenciando como um movimento interessante às reflexões e aprendizagens históricas, na medida em que a mesma parte de uma realidade concreta e os faz perceber como se concebe sua constituição por diferentes concepções, sejam elas de sujeito, de identidade, de memória e de patrimônio.

Na atividade que realizamos, os estudantes participantes puderam ainda analisar os processos de formação de identidade que temos dentro da sociedade, processos que, por diversas vezes, são frutos de memórias estabelecidas, como a própria questão da religião, para a qual nem todos chegam a refletir sobre as motivações de suas vinculações pessoais, de modo que acabam afirmando a crença (ou costume) por influência direta da família, já que são todos da mesma religião há várias gerações. Até esse momento, os educandos mostravam certa dificuldade em se reconhecerem como parte do processo histórico e perceberam a importância de questionar determinados fatos, práticas e verdades já estabelecidas pelas narrativas históricas hegemônicas.

3.3 Levantamentos topográfico e a influência da religião católica: Julho a Agosto de 2017

Em continuidade ao trabalho com os conceitos de cultura e patrimônio, memória e identidade, e pensando em uma realidade mais próxima da vivência dos educandos, esse período de trabalho foi voltado para a compreensão da constituição histórica do município de Jesuítas, considerando inclusive a perspectiva da História Regional/local como base para debater a presença de novos sujeitos e tipos de fontes para a construção da história. Nosso foco, conforme já explicitado, foi proporcionar a reflexão sobre a influência da religião presente no espaço do município, nesse momento, em especial, na nomenclatura de ruas, praças e avenidas.

Inicialmente, confeccionamos cópias do mapa do município, contendo os nomes de todas as ruas e bairros. Os educandos, divididos em grupos por sala, fizeram o levantamento de todas as ruas do município, anotando no caderno e observando aqueles que faziam referência a elementos religiosos. Todos os nomes foram separados em um quadro e, com a ajuda da professora de matemática, os dados foram transformados em porcentagens e, em seguida, em gráfico.

Quadro 04: Características dos nomes das avenidas e ruas de Jesuítas

Avenidas/Ruas	Quantidade
Nomes de flores	18
Nomes de países	05
Nomes de pessoas	37
Nomes de Travessa	04
Nomes religiosos	61
Total	125

Fonte: Dados da pesquisa

Os educandos também perceberam que essa característica religiosa se mantém sobretudo no bairro central, que se remete à formação do próprio município, sendo composto quase que exclusivamente por ruas com nomes religiosos, em sua maioria de papas, santos, padres, freis, alguns ligados à Companhia de Jesus e outros devotos do catolicismo.

A Figura 04, a seguir, representa a atividade de produção de gráfico desenvolvida pelos estudantes, enquanto que o Quadro 05, na sequência, traz a tabulação dos nomes religiosos identificados nas ruas do município. Já o quadro 06 mostra as placas com os nomes do bairro central de Jesuítas.

Figura 04: Produção de gráfico para análise da influência da religião nos nomes das ruas de Jesuítas



Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 05: Relação das avenidas (Av.) e ruas (R.) com nomes religiosos

Nomes referentes a Papas	Nomes referentes a padres	Nome referente a frei	Nomes referentes a São, santo e santas
R: Papa Urbano II	R: Padre Leonel França	R: Frei Henrique de Coimbra	R: São Matheus
R: São Marcelino	R: Padre Vieira		R: São Lucas
R; São Felix I	Av; Padre Anchieta		R: São Paulo
R: São Caio	R: Padre José Maryanet		R: São João
R: São Marcos	R: Padre Manoel da Nobrega		R: São Francisco de Assis
R: São Fabiano	R: Padre Donizete		R: São Estanislau
R: Santo Antero	R: Padre Réus		R: São Francisco de Borjas
R: Papa Pio V	R: Padre Inácio de Azevedo		Av: São Norberto
Av: Papa São Lino	R: Padre João Castilho		R: São João XXIII
R: Papa Leão II			R: São Lázaro
Av: São Zeferino			R: São Nicolau
R: Papa São Calisto I			R: São Cristóvão
R: Papa São Aniceto			R: São José
R: Papa São Gregório			R: Santo Beloto

R: Papa São Martinho			R: Santo Hugo
R: Papa São Cornélio			R: Santo Inácio
R: Papa Pio XI			R: Santo Ambrósio
R: Papa São Maurício			R: Santo Ubaldo
R: Papa São Leão II			R: Santo Alexandre
Av: Papa São Silvestre			R: Santo Alexandre
R: Papa São Celestino			R: Nossa Senhora Aparecida
R: Papa São Simplicio			R: Santa Luzia
R: Papa Pio I			R: Nossa Senhora de Fátima
R: Papa São Damásio			R: Santo Antônio
Av: Papa Pio XI			

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 06: Placas das ruas de Jesuítas



Fonte: Dados da pesquisa

Como foi possível verificar no material produzido, do total de ruas do município, destaca-se o quantitativo de 48% que possuem nomes ligados à religião católica. Ainda, o que pode ser notado é que no período a partir dos anos 2000 e com os novos loteamentos que foram surgindo no município de Jesuítas, os nomes das ruas, avenidas e travessas foram tomando uma nova tendência de nomenclatura, na qual comparecem, entre outros, nomes não ligados diretamente à religião, mas em homenagem a pessoas que estavam presentes durante o processo de emancipação do município, como uma tentativa de perpetuação de memória, já que as mesmas tendem a desaparecer com o passar das gerações (Cf. Quadro A1, em apêndice).

Para Pollack (1989, p. 4), “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornaram coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. Talvez seja esse movimento que denota a

formação de uma memória que em primeiro plano tende a se ligar a individualidade de um grupo e se estabelece como coletiva.

Na tentativa de serem lembrados pelos familiares e se constituir em uma memória presente agregada à história de Jesuítas, o nome de muitos moradores falecidos passaram a nomear avenidas/ruas, o que nos leva a pensar na reflexão de Halbwachs (2015, p. 41): “se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos agora no momento em que recordamos, do ponto de vista desse grupo”. Assim, a nomeação de ruas seria uma tentativa de estar presente na memória de um grupo maior, ou seja, na memória do município e dessa forma não somente no grupo familiar que com o passar do tempo poderia se tornar uma memória perdida.

Prosseguindo, em um levantamento de nomes religiosos em estabelecimentos comerciais do município, realizado igualmente pelos estudantes, também chama a atenção a presença religiosa, como podemos verificar a seguir:

Quadro 07: Estabelecimentos com nomes religiosos em Jesuítas

Nome do local	Tipo de estabelecimento
Ginásio São Silvestre	Ginásio de esportes municipal
Funerária São Jorge	Funerária
Mercadinho Nossa Senhora Aparecida	Mini Mercado
Hospital Santa Rita	Hospital
Auto elétrica São Paulo	Auto elétrica
Farmácia São Paulo	Farmácia
Farmácia Santa Rita	Farmácia
Colégio Nazaré	Escola de ensino pré-escola e fundamental

Fonte: Dados da pesquisa

No estudo realizado, algo que chamou a atenção dos estudantes foi a presença de ícones religiosos dispostos no espaço do município, como uma praça localizada às margens da PR 317, na qual existe uma cruz da Companhia dos Jesuítas, que marca o local onde teria ocorrido a primeira missa no município, além de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Rosa Mística, onde são realizados terços semanalmente. O único cemitério da cidade também possui uma cruz, onde são depositadas velas e são rezadas missas. Ainda, a escola municipal da região central do município recebe o nome de um dos primeiros padres da comunidade, Padre Felipe Sierra Ruiz, e o colégio estadual onde se desenvolveu o atual trabalho também contempla em seu espaço físico uma Capela destinada à Nossa Senhora Aparecida, o que

denota ainda mais especificamente a presença da religião como algo comum no dia a dia das pessoas.

Tomando como base as considerações de Rosendhal (2008), a religiosidade se entrelaça com a questão da territorialidade, o espaço evoluiu bem como as instituições religiosas que os compunham, sendo que de certa forma no início as mesmas tendiam a serem indissociáveis. Para Rosendhal:

Os rituais religiosos do paleolítico não se apagaram com a ascensão da cidade; pelo contrário, o sagrado permaneceu e ampliou a sua eficácia e alcance. O que efetivamente foi verificado com o surgimento das cidades foi a concentração de diversas funções até ali dispersas e desorganizadas dentro de uma área limitada. (ROSENDHAL, 2008, p. 68).

Já para Mello (2008, p. 168), a delimitação de espaço está relacionada à comunhão das pessoas a símbolos. Tomando a religião como um desses aspectos, podemos entender que a mesma é utilizada com símbolo de “respeito à proteção dos lugares ou desprezo, ou mesmo temor aos espaços do inimigo”, enfatizando uma ideia de grupo, o que vem a compor identidades que diretamente se relacionam com os ideários formados a partir das memórias existentes dos moradores, esses por sua vez alunos e ex-alunos.

Em seguida a essa atividade, pedimos aos alunos que trouxessem fotos antigas para que as mesmas mostrassem o espaço urbano do município em décadas anteriores. Todavia, a maioria das fotos que obtivemos para o trabalho com os estudantes foi de um antigo estabelecimento do município que atuava no ramo de fotografias e de um pequeno acervo da Prefeitura Municipal, bem como do acervo da Paróquia Santo Inácio de Loyola²⁴.

Ao analisarmos as fotos que foram obtidas, assim como ocorreu na identificação dos nomes das ruas, observa-se que, em sua grande maioria, as fotos estão relacionadas a eventos ligados à religião católica ou a eventos políticos do município, o que leva à reflexão sobre a influência da religião na vida dos antigos e atuais munícipes de Jesuítas. Destacamos a importância da utilização das fotografias como fontes históricas, uma vez que tais documentos possibilitam interpretações sobre períodos antigos e atuais, por meio da análise de elementos culturais, construções de memória, manifestações religiosas, estruturas, entre outros. Segundo Kossoy:

²⁴ O prédio do estabelecimento de fotografias pegou fogo no ano de 2010, o que acarretou na perda de boa parte do acervo. De forma análoga, a prefeitura municipal ocupou outro espaço durante a reforma do atual prédio, e seu acervo também foi perdido nesta transição. Já as fotos da igreja, em sua maioria, mostram celebrações e festas sob sua organização.

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para decifração de seus conteúdos, e por consequência, da realidade que os originou. (KOSSOY, 2001, p. 32).

Desse modo, compreendendo a relevância teórica e metodológica do uso das fotografias no ensino de História, buscamos realizar com os estudantes a análise dos materiais obtidos. Dispondo as fotos sobre as carteiras, os estudantes tentaram observar, através das mesmas, os lugares do município que haviam sido retratados, buscando estimar os períodos (algumas fotos continham datas que foram tiradas, outras não) e se esses lugares tinham sofrido modificações ao longo do tempo. Essa atividade fez com que os educandos percebessem que a constituição de alguns espaços sofre ou não transformação ao longo do tempo, assim enfatizando as noções de mudanças e permanências. Algo que chamou a atenção durante a atividade foi o interesse dos educandos quando percebiam que algumas datas coincidiam com a data da adolescência de seus pais e mães. Após a atividade, os alunos levantaram de forma oral o que perceberam nas fotos com relação ao espaço jesuitense.

As fotografias dos eventos relacionados ao município de Jesuítas, em sua maioria, denotam traços da religiosidade: são festas da padroeira, festas do município e missa de domingo de *Corpus Christi*, na qual há sempre uma grande participação de entidades públicas do município. A propósito desse evento, o próprio colégio onde foi realizada a nossa pesquisa participa da decoração das ruas, sendo que os funcionários e estudantes se encarregam de confeccionar um tapete de rua colorido, com signos religiosos, por onde costuma passar os padres e fieis em celebração festiva. Algumas das imagens trabalhadas são reproduzidas na sequência²⁵:

Figura 05: Celebração missa de Ramos (Década de 1970)



Fonte: Acervo da Matriz Santo Inácio de Loyola, Jesuítas

²⁵ A maior parte dos registros fotográficos obtidos não possui datas precisas, sendo apenas alguns deles datados. Chamou-se a atenção dos estudantes para tal informação, bastante relevante no processo de investigação e compreensão histórica.

Figura 06: Missa de *Corpus Christi* em Jesuítas (Década de 1970)



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Jesuítas

Figura 07: Tapete ornamental da festa religiosa de *Corpus Christi* (2015)



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 08: Tapete ornamental da festa religiosa de *Corpus Christi* (2018)



Fonte: Dados da pesquisa

As imagens acima dos tapetes feitos para a missa de *Corpus Christi* também são marcadas pela participação do Colégio junto ao qual foi realizada esta pesquisa, sendo que a montagem se dá pelos funcionários, a maioria vinculados à religião católica.

Com as atividades realizadas ao longo desse trimestre, os estudantes puderam verificar e analisar a preponderância de certa memória religiosa identificada sob o viés do catolicismo relacionado ao cotidiano das pessoas, e que outras religiões não possuíam tanta força frente às instituições políticas. Os educandos ainda perceberam que suas próprias ações podem vir a ser parte da memória do município, do estado, ou até do país.

Procuramos refletir, junto com os estudantes, sobre as relações de poder que estão implicadas nos processos de perpetuação de memória e de cultura, já que nem todos acabam fazendo parte das versões oficiais e hegemônicas de memória. É importante, nesse sentido, que os estudantes sejam levados a refletir justamente sobre tais formas, estratégias e relações de poder que constituem a cultura e a sociedade. Para Foucault (1979, p. 182), trata-se “de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...], captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que

ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam”. Dessa forma, podem ser levados a perceber as disputas que ultrapassam as permanências das memórias.

3. 4 Constituições do município de Jesuítas e a influência da Igreja Católica: Setembro a Dezembro de 2017

Durante os meses de setembro a dezembro de 2017, o foco do projeto esteve em abordar um pouco mais a respeito da História do Paraná, a colonização do oeste paranaense e do município de Jesuítas, bem como discutir aspectos da presença da Igreja Católica nesse contexto.

Em princípio, realizamos, juntamente com os educandos, uma breve retomada da História do Paraná no contexto da História do Brasil, por meio de aula expositiva, tendo por base os livros de Priori (2012), Mezzomo (2000) e as dissertações de Boritza (1994), Miskyw (2002) e Crestani (2012). Em tais estudos, buscamos enfatizar os conflitos relacionados ao processo de terras, grilagem, posseiros e também a participação religiosa em meio a essas ocupações.

Foi abordado o processo de emancipação política do Paraná e dado destaque para a fundação do município de Jesuítas, buscando enfatizar as relações com o contexto político do estado e do país. Ainda, buscamos evidenciar a atuação da Igreja Católica e os elementos religiosos presentes na estruturação urbana de Jesuítas, uma vez que é possível perceber esta característica em uma grande parte dos municípios brasileiros com maior ou menor evidenciação, seja em ruas, parques, ou até mesmo nomes, sendo que a influência religiosa se faz presente no dia a dia da população brasileira.

Dando sequência as atividades e aos conteúdos trabalhados, realizamos com os educandos um trabalho de campo em algumas praças do município de Jesuítas, bem como no ginásio de esportes e na avenida central. Tal atividade ocorreu no período da manhã, durante as cinco aulas matutinas, que foram previamente combinadas com a direção da escola, professores da turma e pais dos estudantes, os quais foram orientados a enviar um lanche e autorização de saída da unidade escolar.

Quando se trabalha a partir da realidade do educando, eles acabam por assumir a postura investigativa e, com isso, o trabalho com fontes se torna mais significativo. Ciampi (2007), após uma análise de trabalhos que partiam do local de vivência dos educandos, principalmente para se perceber a construção dada a determinados personagens tidos como referência, concluiu que para se tentar explicar determinados nomes atribuídos a bairros, os alunos passaram a analisar quem foram os responsáveis pelas nomeações. Segundo Ciampi:

Se atentarmos para a produção dos alunos, verificamos que trabalharam com vários conceitos e registraram a percepção da íntima relação entre a construção do mito e da história. Foram capazes de identificar que “sujeitos históricos” em suas ações constroem representações sobre seus atos, que muitas vezes acabam sendo impostas a outros grupos sociais como às únicas versões ou explicações possíveis sobre os acontecimentos. (CIAMPI, 2007, p. 204).

Partindo dessa noção de desconstrução para se entender os patrimônios do município, foi então organizado o trabalho de campo, cujo objetivo foi perceber os locais e símbolos que os evidenciavam, atentar que alguns já fazem parte tradicionalmente da história do município, enquanto há outros que estão ainda em construção. Para tanto, foi utilizada uma ficha, a qual os educandos deveriam preencher com as características de cada local visitado, buscando-se destacar: se o local era antigo ou novo, se houve modificações ao longo do tempo, qual era o uso destinado (residencial, religioso, comercial, misto ou público), além do estado de conservação (em ruínas, em mau estado, regular ou bom). Os estudantes deveriam incluir ainda a descrição do local, sua importância para a comunidade (relações turísticas, religiosas e/ou outras) e, por último, qual o sentido histórico/social/religioso que o local representa.

Refletindo sobre essa atividade, para se entender a questão do patrimônio recorremos a Icher, segundo o qual:

O trabalho com o patrimônio não pode ser uma simples acumulação de conhecimentos. Ele deve ajudar à estruturação do tempo e do espaço, a desenvolver a educação dos sentidos e, mais particularmente, a capacidade de ver, a despertar a curiosidade, a partir para a descoberta do outro. Além desses, há objetivos muito ambiciosos mas estimulantes: tornar o aluno mais responsável, levá-lo a fazer escolhas, propor uma reflexão crítica, apropriar-se do território em que vive. (ICHER, 2008, p. 158).

A partir dessa reflexão, ao final da visitação e em busca de sistematizar os dados coletados em campo, fizemos um momento de socialização e discussão com base no que os educandos perceberam. Durante as discussões, ressaltamos a visibilidade da presença religiosa no município, sendo que os estudantes identificaram ícones religiosos em praças públicas, bem como grande quantidade de nomes relacionados à religiosidade em locais públicos, como ginásio de esportes, funerária, entre outros. Alguns desses espaços constam nas fotos do Quadro 08 a seguir:

Quadro 08: Espaços na cidade de Jesuítas que evidenciam a presença pública da religião



Fonte: Dados da pesquisa. Praça localizada na PR 239, Igreja Matriz, Colégio Confessional Nazaré, Cruz da Primeira Missa realizada no município (PR 239), Funerária, Gruta localizada Colégio Humberto de A. C. Branco.

Ao se analisar os locais visitados, os estudantes perceberam que grande parte deles são espaços públicos, em sua maioria em bom estado de conservação, alguns com conotação de órgãos do próprio município, outros (como as praças) apenas centros de encontros. Em uma das praças visitadas, afirma-se que foi rezada a primeira missa, segundo ata da paróquia. Seu espaço conta com uma cruz das missões jesuítas e uma gruta em homenagem a Nossa Senhora da Rosa Mística. A praça abriga, ainda, uma fábrica de costura, a associação comercial do município, bem como a PROVOPAR, a EMATER e também a uma torre de comunicação da empresa telefônica Oi.

Figura 09: Fotos da visita de campo dos alunos à praça da Câmara Municipal e ao Estádio Municipal



Fonte: Dados da pesquisa

Também levantamos alguns questionamentos e indagações acerca da notabilidade da religião na vida das pessoas e qual a organização que as pessoas passam a ter em virtude dessa presença religiosa. Uma questão importante foi a percepção dos estudantes de que nem sempre as expressões religiosas proveem necessariamente da Igreja, mas são, muitas vezes, resultado do modo como as pessoas expressam sua fé, sua crença, sua religiosidade. Tais manifestações influenciam igualmente os processos de construção dos espaços, das memórias e das identidades, muitas vezes com a mesma força do que as manifestações e orientações da Igreja em si. Um desses exemplos foi a comemoração do 38º aniversário de emancipação do município de Jesuítas, realizado na praça onde se localiza a Igreja Matriz Santo Inácio de Loyola, com o palco de shows montado ao lado da Igreja, e que contou com diversas autoridades de todos os seguimentos. Neste sentido, destacamos que há

O reconhecimento de que as questões religiosas permeiam a vida cotidiana como religiosidade popular, sob formas de espiritualidade que fornecem elementos para construção de identidades, de memórias coletivas, de experiências místicas e correntes culturais e intelectuais que não se restringem ao domínio das igrejas organizadas e institucionais. (SILVA, 2010, p. 214).

Assim, nesse momento, os alunos puderam refletir acerca de seu cotidiano no município e das diferentes formas de influência da religião no dia a dia. Ainda comentaram sobre as frequentes festas que ocorrem em Jesuítas, as quais, na maioria das vezes, estão associadas à questão religiosa, e que, em suas falas, estão associadas a lembranças de eventos do município ou festas em gerais. Nesses casos, a Igreja Católica aparece mesmo em memórias de eventos que não são de cunho religioso, mas nos quais a religiosidade ainda perpassa de maneira sutil, fazendo parte das memórias.

3.5 Sistematizando: Jesuítas partir da análise do livro “50 anos de evangelização”: Fevereiro a Maio de 2018

Durante o início do ano letivo de 2018, com as turmas que hoje fazem parte do 2º ano do Ensino Médio em Tempo Integral, foi feita uma revisão acerca da história do Paraná, na qual foi retomado a questão da colonização do estado e influências religiosas.

Após essa breve retomada sobre o contexto, tendo por base os conceitos aprendidos no ano anterior a respeito de história, memória, identidade, poder e patrimônio histórico, foi proposta uma análise do material produzido pela Paróquia Santo Inácio de Loyola em comemoração aos seus 50 anos, intitulado “50 anos de evangelização da Paróquia Santo

Inácio de Loyola”. O livro – editado pela própria Igreja – foi escolhido por ser uma bibliografia adquirida por grande parte das famílias jesuitenses, tendo sido impressas um total de mil cópias, das quais a maioria foi vendida. Este fato, por si só, evidencia a presença e influência da Igreja Católica no município e nas identidades de seus moradores e suas famílias.

O livro “50 anos de evangelização da Paróquia Santo Inácio de Loyola” foi editado pela paróquia no ano de 2016, com o intuito de narrar a formação da Paróquia Santo Inácio de Loyola, bem como trazer o contexto de participação que a mesma teve na história do município de Jesuítas. Com um total de 99 páginas, a obra traz a história do município, seguida da história de fundação da Paróquia e suas capelas e depoimentos de alguns moradores antigos. Seu conteúdo foi organizado pelos integrantes da comunidade, homens e mulheres descendentes de antigos moradores e participantes do trabalho religioso na atualidade, trazendo portanto, a perspectiva de moradores antigos, bem como de padres que fizeram parte desse período, os quais narram a história a partir de um viés religioso, apontando a Igreja como elemento fundamental no desenvolvimento do município e consequentemente de seu povo. O município não possui nenhum material historiográfico oficial sobre sua fundação, sendo que o livro da Paróquia, por ter sido adquirido pela maioria das famílias (que são católicas), acaba por tomar a função de história oficial.

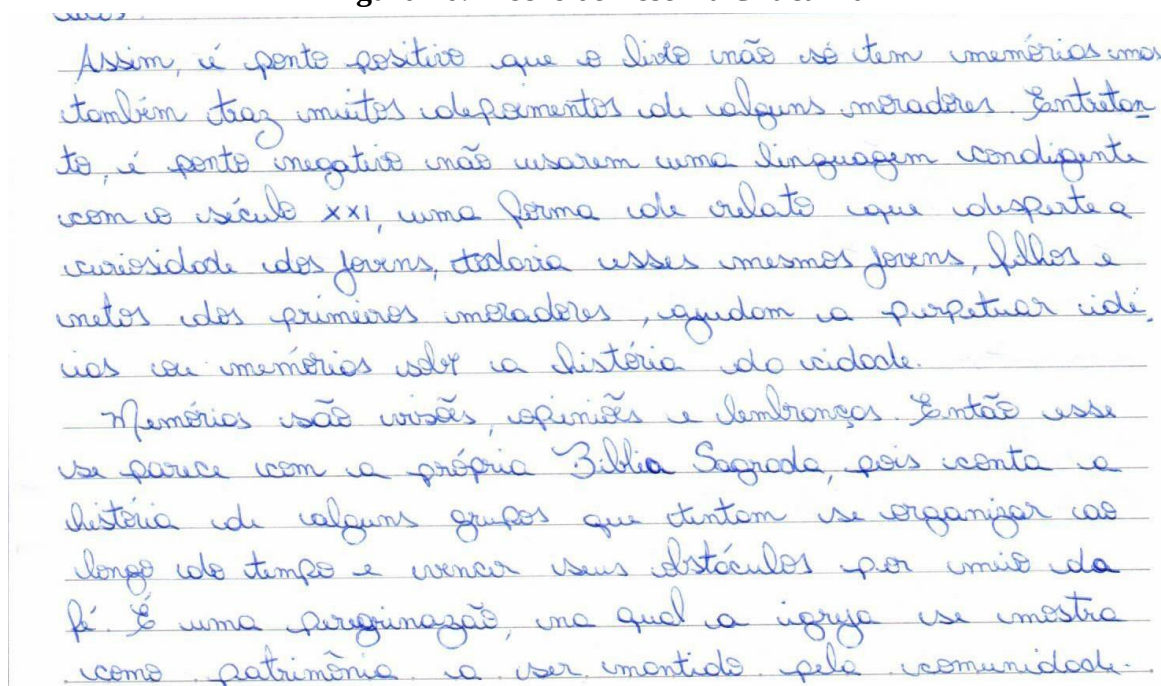
Tendo presentes tais apontamentos, o desenvolvimento das atividades se encaminhou com a leitura na íntegra da obra por cada estudante. Na sequência, a proposta foi a de realizar uma resenha crítica, buscando integrar, ao mesmo tempo, as reflexões realizadas no ano anterior ao longo do componente curricular “Cultura e Patrimônio” – já relatadas nos itens anteriores do presente texto. Tendo o trabalho interdisciplinar como uma das estratégias pedagógicas do Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco – entendendo-o como uma metodologia que possibilita melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem, em especial no modelo da escola de Tempo Integral – a atividade foi realizada em conjunto com a disciplina de Língua Portuguesa, que deu o suporte de conhecimentos necessários para a elaboração do gênero literário resenha crítica, além de conduzir boa parte do trabalho de produção e revisão textual.

Tendo sido realizada a leitura do livro, e após um primeiro levantamento dos elementos que chamavam a atenção da turma, cada estudante elaborou individualmente sua resenha, buscando perceber o processo de construção das memórias, a influência da religião e, ao mesmo tempo, o uso de fontes, a história oral, os personagens presentes no livro e que foram chamados a narrar sobre a história do município de Jesuítas. Ao longo da produção da

resenha, os estudantes foram lembrando de algumas das atividades que haviam sido realizadas no ano anterior, buscando relacionar o livro analisado com os conceitos de cultura e patrimônio, memória e identidades.

Como podemos verificar, as reflexões e análises tecidas pelos estudantes evidenciam alguns desses elementos:

Figura 10: Trecho de Resenha Crítica – 01



Assim, é ponto positivo que o livro não só tem memórias mas também traz muitos depoimentos de alguns moradores. Entretanto, é ponto negativo não usarem uma linguagem condizente com o século XXI, uma forma de relato que desperte a curiosidade dos jovens, contar esses mesmos jovens, filhos e netos dos primeiros moradores, ajudem a perpetuar ideias e memórias sobre a história do vicário.

Memórias são visões, opiniões e lembranças. Então esse se parece com a própria Bíblia Sagrada, pois conta a história de alguns grupos que tentam se organizar ao longo do tempo e vencer seus obstáculos por umis da fé. É uma peregrinação, na qual a igreja se mostra como patrimônio a ser mantido pela comunidade.

Fonte: Resenha produzida por estudante do 2º ano B

No trecho acima, é demonstrado a percepção da aluna sobre como a Igreja perpetua seu papel dentro da comunidade jesuitense. Muitos dos pais desses jovens também foram alunos do mesmo Colégio, e educados dentro de uma perspectiva católica que, por sua vez, receberam de seus pais e transmitem hoje aos seus filhos. Neste processo, muitas das memórias e práticas acabam sendo naturalizadas e a grande influência da Igreja Católica no modo de vida e na constituição das identidades acaba passando despercebida. Nesse sentido, ao problematizarem as narrativas trazidas pelo livro organizado pela Paróquia, os estudantes puderam exercitar o olhar e identificar os indícios da religião no modo como as memórias são construídas.

Figura 11: Trecho de Resenha Crítica – 02

O que nos chama a atenção, é o interesse de saber como a sociedade e essa igreja foram construídas.

São quase demonstrados como uma história de, mostrando que a identidade das pessoas hoje está associada a religião.

Fonte: Resenha produzida por estudante do 2º ano B

A questão da identidade aparece de forma explícita no trecho anterior, no qual o estudante demonstra compreender que as memórias que os munícipes possuem sobre a formação de Jesuítas, em sua maioria, estão associadas a fatos que remetem à própria Igreja, apresentada como uma história única, o que passa a compor, no ideário de seus moradores, uma história entendida como oficial.

Figura 12: Trecho de Resenha Crítica – 03

ses, pois tudo girava em volta dela: o comércio e nome das ruas. Isso permanece até hoje, retratando a grandeza do catolicismo na cidade.

Uma é ponto positivo um simples registro de memórias reunir várias histórias únicas de cada pessoa. Entretanto, como ponto negativo vê-se algumas questões de diagramação ficaram falhas no livro, questões de pontuação e diferenças na organização das citações. Outro ponto é que nem todas que estão presentes no desenvolvimento do município aparecem no livro, podendo se remeter a questão de disputa de memória.

Fonte: Resenha produzida por estudante do 2º ano B

Outro fator que também foi evidenciado pelos estudantes foi a questão do silenciamento das memórias, problematizando-se quais memórias foram ouvidas, quais as intenções em se dar ênfase a certas memórias e não a outras, de que forma tal perspectiva se reflete nos patrimônios do município e, consequentemente, na cultura de um povo. Afinal, a história contada no livro partiu de uma pesquisa que contemplou várias perspectivas ou narra a partir do viés de um grupo, que tem a intenção de se sobressair na memória e identidade do município? Essa problematização se faz novamente presente nos trechos a seguir:

Figura 13: Trechos de Resenha Crítica – 04

Entretanto nem todos os marcadores estão presentes nas falas do livro, ou por uma questão de organização, ou talvez por uma própria seleção de memórias a serem recordadas.

O livro 50 anos de Evangelização se parece com o "filme" "marcadores de joré", no qual mostra a importância (desse) de preservar as memórias, como no filme cada mora dor conta a história do seu povo, o que pode

[...]

perceber no livro e que a religião e a cultura se tornam uma coisa só, mas isso se deve a visão dada sobre a história.

Outro ponto que também chama a atenção é que algumas memórias acabam sendo silenciadas.

Eu recomendo a leitura desse livro por que chama atenção sobre a construção da religião e do município através do olhar católico, mas também é importante buscar outras opiniões e olhares sobre o assunto.

Fonte: Resenha produzida por estudante do 2º ano A

A aluna chama a atenção para a seleção de memórias a serem destacadas, e a sua naturalização como cultura, exercendo a Igreja uma grande influência na constituição dos patrimônios. Ao mesmo tempo, a estudante destaca que avaliar e conhecer esse tipo de material é importante, mas que não devemos nos ater a uma interpretação única sobre o assunto, visto que a narrativa construída possui intencionalidades que devem ser problematizadas pelo leitor.

Figura 14: Trechos de Resenha Crítica – 05

agora.

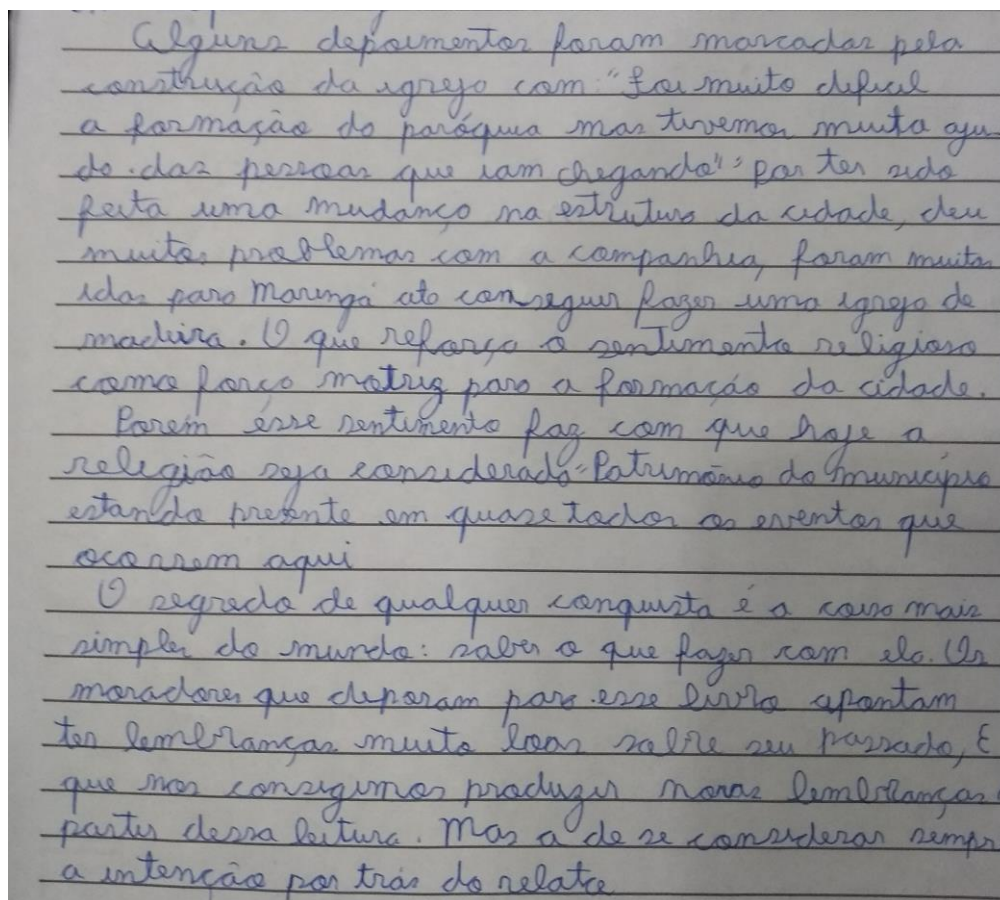
Essa obra foi feita em três capítulos mais os depoimentos. Foram no total 99 folhas utilizadas, contando um pouco sobre a história do novo município e da construção da nova paróquia compondo uma identidade jesuítense. Fala também um pouco sobre a vida de todos os padres que já passaram pela igreja e suas contribuições para a solidificação da Paróquia no município.

O que chama atenção do leitor é a fotos das pessoas antigas que colaboraram com o crescimento da nova paróquia e do novo município. As fotos e os relatos desses idosos garantem a memória viva dessas pessoas em nossa comunidade e assim demonstra a identidade das pessoas hoje.

Fonte: Resenha produzida por estudante do 2º ano B

O trecho acima reforça a questão da disputa e da perpetuação de memórias. No livro, a participação da religião é apontada como fator de suma importância para o desenvolvimento da comunidade, sendo que, ao relatarem essas ideias, os moradores antigos selecionados para contar a história do município, bem como da Paróquia, buscam reforçar que a religião exerce um papel fundamental para o bom desenvolvimento do município, o que pode ser percebido nos eventos que ocorrem ao longo dos anos desde sua fundação, tidos como festas tradicionais, compondo patrimônios imateriais e culturais do município de Jesuítas.

Figura 15: Trechos de Resenha Crítica – 06



Fonte: Resenha produzida por estudante do 2º ano B

No trecho acima, aparece a questão das intencionalidades na escrita daquilo que é tido como história oficial, lembrando que a disciplina de História leva constantemente os educandos a investigarem e indagarem suas fontes, a partir de questões como: quem escreveu? Quando foi escrito? O que estava ocorrendo neste momento no entorno? Por que escreveu? Quais os interesses envolvidos? Quem se beneficia de determinado entendimento? Estas e outras indagações levam os estudantes a perceber diferentes visões sobre um mesmo assunto, o que, no decorrer de nossa pesquisa, mostrou-se de grande valia para se pensar o material produzido pela Igreja Católica, bem como questões como memória, identidade, patrimônio e poder.

Através das análises das resenhas críticas produzidas, podemos perceber o entendimento dos educandos sobre as discussões de memória, com lembranças que muitas vezes são naturalizadas pelos indivíduos, os quais, por sua vez, tendem a se converter em identidades que condicionam posturas aqui percebidas dentro do município de Jesuítas. Memórias e identidades acabam se consolidando em patrimônios materiais ou imateriais, que,

por sua vez, são alvos de disputas de poder nas quais determinados grupos possuem sempre interesses em sua manutenção e perpetuação no tempo e no espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido ao longo dos anos de 2017 e 2018, com as turmas de 1º – e conseguinte 2º – ano do Ensino Médio Integral, durante a implantação dessa modalidade de ensino no Núcleo de Assis Chateaubriand.

Tivemos como objetivo desenvolver uma sequência didática que possibilitasse aos estudantes refletir acerca da construção das identidades e memórias locais, evidenciando a presença dos elementos religiosos na construção do município de Jesuítas, na intenção de identificar mudanças e permanências na toponímia, analisando os bairros e ruas mais antigos, bem como a história do município no contexto do estado do Paraná e as influências da Igreja Católica em todo este processo.

O trabalho resultou na produção, em conjunto com os estudantes do Ensino Médio, de um portfólio registrando todas as etapas desenvolvidas, que culminaram na produção de uma resenha crítica sobre o livro produzido pela Paróquia Santo Inácio de Loyola “50 anos de evangelização”, o qual, muitas vezes, acaba sendo interpretado pelos moradores como a história oficial do município.

As etapas da sequência didática compreenderam a discussão de conceitos como patrimônio, identidade, memória e religiosidade. Dentre os procedimentos didáticos realizados, foram desenvolvidas leituras, trabalhos de pesquisa em grupo, atividade de campo na região central do município, levantamento e análise de fotografias, identificação e análise das ruas do município de Jesuítas, além da leitura e resenha crítica do livro produzido pela Paróquia Santo Inácio de Loyola, o que possibilitou aos estudantes indagarem a própria história da construção do município, problematizando o olhar da religião para esse processo.

No primeiro capítulo do presente texto, buscamos trazer as discussões a respeito de memória, identidade e ensino de História, visando destacar a importância do professor e do ensino de História como centro de apoio para o desenvolvimento de uma consciência histórica, que possibilite ao educando se ver como ser atuante dentro do processo histórico, apto a promover mudanças em sua realidade. Em sequência a essa perspectiva, analisou-se o conceito de memória, buscando entender como a mesma se relaciona com os fatos históricos ocorridos em diversos momentos ao longo do tempo e do espaço, e que se materializam em patrimônios materiais e imateriais. Também no processo de construção de identidades, condicionando posturas compartilhadas pelos grupos sociais. Destacamos por fim, ainda no primeiro capítulo, as possibilidades de abordagem desses temas – memória, identidade e

patrimônio – no ensino de História, visando um aprendizado mais significativo para o educando.

No segundo capítulo, tematizamos religião, espaço e cultura, no intuito de compreender a influência na dimensão cultural nos comportamentos e posturas das pessoas. Enfocamos, igualmente, a constituição histórica da região oeste do Paraná, e o processo de constituição dos espaços do município de Jesuítas, buscando enfatizar, sempre que possível, as influências da religião católica em tais movimentos.

Já o terceiro capítulo aborda a sequência didática desenvolvida com os estudantes do Ensino Médio, com foco para os conteúdos de História. Tal prática foi a base para a pesquisa realizada e para a elaboração do produto final do trabalho: um portfólio produzido coletivamente pelos estudantes e docente, no qual se registra cada ação e reflexões realizadas. Assim, o portfólio desenvolvido pelos educandos traz uma síntese dos conceitos desenvolvidos, com ilustrações dos alunos, bem como as resenhas críticas elaboradas sobre o livro produzido pela Paróquia Santo Inácio de Loyola “50 anos de evangelização”.

Durante o decorrer das etapas desenvolvidas junto aos educandos, chamou-nos a atenção a forte religiosidade dos estudantes e suas famílias, cuja tradição e influência – passada de geração em geração – acabam sendo interpretadas como algo naturalizado e necessário para o desenvolvimento de todas as pessoas, e também, no caso, do próprio município. Aos poucos, os estudantes puderam perceber de que forma o viés religioso se entrelaça nas memórias, nos espaços, nos patrimônios e na própria constituição histórica e identitária que caracteriza o município de Jesuítas.

Podemos dizer que o trabalho desenvolvido, em muitos momentos, despertou a curiosidade dos educandos, tornando mais próxima e colaborativa a relação entre professora e estudantes. A disciplina de História tem um papel de extrema relevância na indagação, por parte dos educandos, do meio em estão inseridos, possibilitando um novo olhar desses sujeitos como sujeitos históricos, para a desconstrução de conceitos naturalizados, que podem tender a perpetuar sistemas de dominações e injustiças. Ao instigar os alunos e permitir-lhes visualizar práticas, valores e narrativas nem sempre visibilizadas, esse olhar pode tornar o ensino de História algo prazeroso ao educando, o qual poderá vir a contribuir para a transformação da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia; SILVA, André; ALVES, Ronaldo (orgs.). **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

AGUILAR, Jurandir. **Conquista Espiritual**. A história da evangelização na Província Guairá na obra de Antônio Ruiz de Montoya S. I. (1585-1652). Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2002.

ALESSIO, Márcia Mansor D'. Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. **Revista de História Oral**, São Paulo, n. 4, 2001.

ANANIAS, Anna Carolina dos Santos; ZAMARIANO, Marcia. Construção da identidade toponímica; os nomes dos municípios paranaenses. **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 16, dez. 2014.

ANHORN, Carmem T. Gabriel. Teoria da história, didática da história e narrativa: diálogos com Paul Ricoeur. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 187-210, 2012.

BARCA, Isabel. Investigação em Educação Histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora;

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007.

BRAGA, Tânia (orgs.). **Perspectivas em Educação Histórica**: Actas das VI Jornadas Internacionais de Educação Histórica, Curitiba, UTFPR, 2007.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 7 ed. São Paulo, Contexto, 2002.

BONINI, Lara; MEZZOMO, Frank; MEZZOMO, Maristela. Dimensões geográficas dos elementos religiosos presentes na cidade de Campo Mourão-PR. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 23-34, jan./abr. 2012.

BORITZA, Rita. **Os conflitos ocupacionais da colonização de Assis Chateaubriand**. Toledo: Unioeste, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

BURITY, Joanildo. Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura?. In: MEZZOMO, Frank; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André (Orgs.). **Religião, cultura e espaço público**. São Paulo: Olho D' Água, Campo Mourão: Fecilcam, 2016, p. 13-49.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CAINELLI, Marlene.; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Introdução: percursos das pesquisas em educação histórica: Brasil e Portugal. In: _____ (Org.). **Educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p. 9-17.

CAPELESSO, A.; SCHERER, I. R.; DEITOS, N. J. **Dom Armando Cirio** – Apóstolo e missionário do oeste do Paraná. Cascavel: Coluna do Saber, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1990.

CLAVALL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

COLODEL, Augusto. **Obragens & Companhias colonizadoras**. Santa Helena na História do oeste paranaense até 1960. Cascavel: Ed. Educativa. 1988.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **Conflitos agrários e mercado de terras nas fronteiras do Oeste do Paraná (1843/1960)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2012.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FONSECA, Maria. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

_____. A religião como sistema cultural. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008, p. 65-92.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2012, p. 175-185.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Àtila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p. 22-29.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- ICHER, François (Org.). **Regards sur le patrimoine**. Montpellier: CRDP, 2008.
- KARNAL, Leandro. **A História Moderna e a sala de aula**. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. São Paulo: Unicamp, 2003.
- LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. Coleção Primeiros Passos. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.
- MARTINS, Marcos Lobato. História regional. In: PINSKY, Carla (Org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 135-152.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”. **Espaço e Cultura**, Edição comemorativa, p. 167-174, 2008.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24 1992.
- MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e utopia**. O catolicismo na colonização de Toledo (Paraná, 1940-1970). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- MYSKIW, Antonio M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961-1966)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- NAGLE, Jorge. **O Brasil Republicano: sociedades e instituições (1889-1930)**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 73-93.

NOGUEIRA, Léo Carrer. **A hierarquização religiosa no espaço urbano - o caso das Religiões Afro-Brasileiras**. 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina, Lima, 2013.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Org.). **História: ensino fundamental**. Brasília: MEC, 2010.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 128-148.

PANOFF, M. & PERRIN, M. 1973. **Dicionário de etnologia**. Lisboa: Edições 70.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de História**. Curitiba: SEED, 2008.

PAROQUIA SANTO INACIO DE LOYOLA. **50 anos de evangelização**. Toledo: Gráfica Tuicial, 2016 (não publicado).

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 17-36.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, ano 10, p. 200-212, 2012.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JESUÍTAS. Disponível em <<http://www.jesuitas.pr.gov.br/index.php?sessao=1ec320efbanc1e&id=116>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

REIS, José Carlos. O tempo histórico como “representação intelectual”. **Fenix: Revista de História e Estudos Culturais**, v. 8, n. 2, p.1-21. Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2011.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o urbano: Gênese e função das cidades. **Espaço e Cultura**, Edição comemorativa, p. 67-79, out. 2008.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

_____. O livro didático ideal. In: MARTINS, Estêvão; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: EdUFPR, 2010, p. 109-127.

SEEMANN, Jörn. **A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará.** 2005, p. 207-224. Disponível em: <www.cchla.ufrrn.br/Vivencia/sumarios/29/PDF%20para%20INTERNET_29/2_DOSSIÊ_o%20espaço_parte%201/CAP%205_JORN%20SEEMANN.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2012, p. 187-198.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História.** Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

SILVA, Eliane Moura da. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. **Revista de Estudos da Religião - Rever**, São Paulo, n. 2, p. 1-14, jun. 2004.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Estudo Toponímico: âmbitos e perspectivas de análises. **REVEL**, v. 9, n. 17, p. 191-209. Agos. 2011.

WACHOWICZ, Rui C. **Obragens, mensus e colonos: história do oeste paranaense.** Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

WOODWARD, Kthryn. Identidade e diferença: Uma Introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 07-67.

APÊNDICE

Quadro A1: Nomenclatura de ruas de Jesuítas que não fazem relação explícita à religião

Nomes referentes a flores	Nomes referentes a países	Nomes referentes a homens	Nomes referentes a mulheres
R: Das Tulipas	R: Equador	R: João Gomes	R: Felícia Barbero
R: Dos Cravos	R: Brasil	R: Antônio Lombardi	R: Antônia M. de Lima
R: Dos Lírios	R: Venezuela	R: Albertino S. Marçal	R: Aparecida Demétrio
R: Das Orquídeas	R: Uruguai	R: Roque Gonzales	R: Lúcia G. Assencio
R: Das Rosas	R: Chile	R: Ângelo Felipim	R: Emília Cristina Pena
R: Das Flores		R: Francisco C. Peralta	R: Dorvalina Pasti de Oliveira
R: Das Margaridas		R: José Gaspar	R: Luiza Honda
R: Flor de Maio		R: Desiderio Guelfi	R: Hisa Koshita
R: Flor do Campo		R: Orlando Diffonte	
R: Das Begônias		R: Manoel Cardoso	
R: Das Camélias		R: Marcos Carrilo Garcia	
R: Das Dálias		R: Francisco Carrilo Garcia	
		R: Marino Roque Braga	
		R: Luiz Gonzaga	
		R: Osvaldo Agassi	
		R: Silvio Marquinez	
		R: Francisco Otaviano	
		R: João de Souza Filho	
		R: Ovídio de Paula Arantes	
		R: Olímpio Pelissari	
		R: Guilherme Ranucci	
		R: Arlindo Vieira Gomes	
		R: Aníbal Agassi	
		R: Gerônimo Alvarenga	
		R: Taro Karaki	
		R: Francisco Colombo	
		R: Ângelo Tomiatti	
		R: Silvio Marconi	
		R: João Yamada	

Fonte: Dados da pesquisa.